O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR *Francisco Manuel Homem Christo*

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$300. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

ANNO XXVIII | AVEIRO, 23 DE JANEIRO DE 1910 | Nº 1:344

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.
Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

Factos & Criticas

Em 29 de julho de 1906, escreviamos:

« Hão de ser os republicanos instrumento de Hintze Ribeiro? Hão de ser mais violentos contra João Franco, antes de João Franco se arreigar n'uma politica retrograda, do que foram contra Hintze?

Sejam, se teem elementos, repetimos, para a revolução immediata. Mesmo assim é, em these, uma politica condemnavel. Não o será, porém, nos resultados.

Mas não possuem esses elementos? Então a geração academica de 1890, que hoje, evidentemente, dispõe de enorme influencia na direcção do partido republicano portuguez, vae liquidar, como as gerações anteriores, desgraçadamente.

Pensem n'isso, que é caso serio.

Se não teem elementos para fazer a revolução immediata, sem favorecerem o ministerio esperem, comtudo, que elle se manifeste claramente. Sejam benevolentes com elle depois das eleições, caso o ministerio nas eleições e nas camaras accentue uma politica liberal, sem deixarem de hastear bem alto a bandeira republicana. E aproveitem essas treguas — aguardando que o Paço demonstre a sua incompatibilidade com a fugaz experiencia que João Franco parece querer realisar — em robustecer o organismo democratico, que bem o necessita.

Se o não fizerem, se se deixarem arrastar inconscientemente pela verborreia revolucionaria, esfriando a classe media, sem cujo apoio **nunca houve nem ha** (1) revoluções triumphantes, se, favorecendo a politica reaccionaria de Hintze Ribeiro, por ciume tolo de João Franco, ou odio demagogico ao ex-dictador do Alcaide, não tiverem mais tarde forças para resistir ás violencias do mesmo Hintze Ribeiro, o partido republicano terá soffrido o maior de todos os desastres da sua vida, ainda relativamente curta, e a geração academica de 1890, onde realmente ha homens de valor, afundando-se n'uma incapacidade politica, por todos os titulos lamentavel e desastrosa, será a ultima decepção d'este povo apathico e descrente.

Pensem n'isso, que é caso serio ».

Veja o paiz, veja, o motivo real das nossas incompatibilidades com o partido republicano. Veja o paiz, veja, o **unico motivo** porque os miseraveis nos crearam odio de morte. Tamanho, que não tiveram duvida em planear e executar a cilada com que militarmente, moralmente, materialmente, por todas as formas, nos quizeram anniquilar. Não houve um homem, n'esse partido de bandidos, n'esse agrupamento de canalhas, que tivesse uma palavra de protesto contra a infamia Bernardino-Affonso Costa. Um só homem! Tudo se calou. Quem não applaudiu, quem não gostou, e a grande, a enorme maioria applaudiu e gostou, não protestou. Porque? Porque lhes tinhamos falado sempre a voz da verdade e da razão. Porque tinhamos defendido sempre os bons principios democraticos. Porque tinhamos posto sempre a verdade e os interesses do paiz acima do fanatismo e dos odios e interesses de facção. Acima dos nossos proprios odios. Acima dos nossos proprios interesses. Detestavamos profundamente os franquistas d'Aveiro. Haviamos recebido d'elles os maiores aggravos. Não sentiamos a menor sympathia por João Franco. Comtudo, não hesitámos em calar tudo isso n'um momento que se nos afigurava, e bem, o mais critico da vida politica da patria portugueza. Com que interesse, senão o interesse d'esta terra, da democracia, da justiça, da verdade? Que outro interesse, alem d'esse? Que o diga João Franco. Que o digam todos quantos foram ministros com elle. Que o diga toda essa gente que dispõe do *cofre das graças* ou do cofre da policia secreta. Esses é que sabem bem quanto nos deram, ou o pacto que fizeram comnosco para os servirmos.

Grandes, grandissimos miseraveis! Grandes canalhas! Os ultimos dos canalhas!

Só um homem viu claro, **sempre,** no meio d'esses bandidos. **Sempre!** Só um homem, no meio d'elles, teve tino e previsão politica. **Sempre!** Fomos nós.

Em 1891 tivemos a previsão nitida, perfeita, completa, do desastre do Porto. Conheciamos aquella cambada. Viamos o que estava fazendo aquella corja. E sabiamos que, dissessem elles o que dissessem e fizessem o que fizessem, eram tão asnos que havia de sahir tudo uma grande asneira, um grande desastre. Tivemos intelligencia clara para o ver e tivemos coragem e lealdade para o dizer. Pois o resultado foi denunciarem-nos infamemente como o **principal auctor** d'aquillo que *só elles tinham feito* e que **só nós tinhamos combatido.** Foi fazerem-nos responder a conselho de guerra, foi empregarem todos os esforços para que sahissemos condemnado a ir para a Africa ou para a Penitenciaria. Os grandes canalhas! Os grandes miseraveis!

Em 1906 tivemos a previsão nitida, perfeita, completa, do grande desastre a que sua tola politica os ia arrastar. A elles, ao paiz e á democracia. Empregámos todos os esforços para os desviar d'esse abysmo. Dissemos-lhes que,—como se vê, e como está succedendo, — **se iriam afundar,** com a tal celebre geração academica de 1890 á frente, **n'uma incapacidade politica por todos os titulos lamentavel e desastrosa,** que seria a **ultima decepção d'este povo apathico e descrente.** Pois o resultado foi armarem-nos nova cilada, moverem-nos nova infamia, fazerem-nos nova traição, como em 1891.

Creia o paiz: esses miseraveis são incapazes da evolução e são incapazes da revolução. Creia o paiz: esses miseraveis são incapazes de todo o progresso, de toda a obra de liberdade e de civilisação. Creia o paiz: esses miseraveis não teem caracter, nem teem intelligencia. Não sabem o que são principios, não sabem o que são idéas. Não amam a patria, nem a democracia. Não teem convicções, nem os guia nenhum pensamento ou plano levantado. São simplesmente desordeiros, arruaceiros, fanaticos, vis, baixos, canalhas.

Não são cidadãos. Como as meretrizes e os grilhetas, não teem direitos de cidade. Não são homens. São feras. Não se levam com razões ou argumentos. Com a luz da verdade ou da justiça. Levam-se a pontapés, a chicote, a tiro.

A tiro!

Mas vejamos. Vejamos mais. Vejamos tudo. Ha de todo o mundo ficar convencido da razão, da sobrada razão com que clamamos: a tiro!

Fomos para o extrangeiro, n'essa altura, e voltámos em outubro. No dia 11 de novembro escreviamos:

« Alastra-se extraordinariamente o partido republicano. Mas quanto mais se alastra mais enfraquece. E comprehende-se. Como os chefes constituem uma verdadeira *coterie*, quanto maior vêem o partido mais sentem crescer a sua soberba e a sua ambição. Ora a soberba e a ambição foram sempre perigosas para os gigantes, quanto mais para os pygmeus. Terriveis conselheiras! Foram ellas que deitaram a perder a rã da fabula.

Cada um dos chefes republicanos se julga omnipotente. Capaz de esmagar os seus rivaes, de triturar todos quantos duvidem de tão sagrada omnipotencia, e de deitar abaixo, com um sopro, a monarchia. Portanto, cada um d'elles começa a asnear e a delirar. Ao mesmo tempo que proclamam imminente a revolução, quer cada um d'elles, sosinho, ter as glorias exclusivas da revolução.

Por outro lado, o partido não tem cultura, nem educação civica, para corrigir os defeitos dos chefes e conter os seus desmandos. Por isso mesmo que não ha cultura nem educação nos soldados, por isso mesmo que não ha capacidade de commando nos chefes, o exercito torna-se tanto mais indisciplinado, a anarchia tanto mais profunda, quanto maior é o numero de soldados.

Eis a fraqueza do partido republicano. E eis o perigo! Perigo para elle, para as idéas e para a nação.

Eis a fraqueza, eis o perigo, tanto maiores quanto mais forte se julga o partido republicano. O partido republicano conta a sua força pelo numero. Só pelo numero. E o numero tanto pode ser um elemento de fraqueza, como um elemento de força.

Pode-se dizer, em absoluto, que, só por si, sempre foi nos exercitos um elemento de fraqueza e nunca um elemento de força.

O partido republicano vem tendo uma pequenina aura. Que começou ha um anno, pode-se dizer. Pois já se julga dentro da cidadella do poder. Viva a republica, que a monarchia está morta!

O mesmo que nas vesperas do 31 de janeiro. D'esse 31 de janeiro, que foi um despertar horrivel!

E que só o não foi novamente em 28 de janeiro de 1908 pela rematada inepcia de João Franco. Como nós previamos tudo nitidamente!

Em 9 de dezembro de 1906, n'um artigo intitulado: *O que o berço dá a tumba o leva*, voltavamos a censurar vivamente a attitude dos republicanos em face de João Franco. E diziamos:

« A opinião dos *outros* é-nos absolutamente indifferente. Mas absolutamente indifferente. Temo-lo demonstrado em toda a nossa vida, que se não é muito comprida tambem já não é demasiadamente curta.

E'-nos absolutamente indifferente n'este sentido: nunca deixámos de manifestar a nossa opinião pelo simples facto de sabermos que é differente a opinião dos outros; nunca, para agradarmos aos outros, dissémos *sim*, quando a nossa consciencia, intimamente, nos diz *não;* nunca recuámos deante de coisa nenhuma, nem de prejuizos materiaes, nem de suspeições dictas ao ouvido, nem de calumnias descaradas, para affirmarmos a verdade, ou o que nos parece tal, ainda que tenhamos a certeza de que aquillo que se nos afigura a nós uma verdade se afigura aos outros uma mentira. Nunca. Nem hontem, nem hoje. E o que não fizemos hontem, e o que não fazemos hoje não o fazemos ámanhã. Desenganem-se por uma vez os que ainda possam ter illusões a tal respeito. Nem amigos nem inimigos, nem conhecidos nem desconhecidos, nem homens de valor nem insignificantes, nem conselhos paternaes nem ameaças, nem hypocritas a lisongear-nos nem malcreados a escoicear-nos, teem sobre nós a menor influencia n'esse ponto. Já no ultimo numero aqui dissemos á turbamulta partidaria: « Escusam de mostrar os dentes, escusam de ulular, que não precisando nós do applauso, nem do voto, nem do dinheiro de ninguem, só sendo *tolo* deixariamos de ser aquillo que sempre fomos ».

Essas *negaças* só teem effeito sobre aquelles que querem ser *chefes, deputados,* ou, pelo menos, receber *muitos vivas e muitas palmas.* Para nós, nada valem. Esta penna não se vende, nunca se vendeu. Nem por dinheiro, nem por lisonjas. Nem por honrarias, nem por elogios, vivas ou palmas. E nem á monarchia, nem á republica. Sim, *nem á republica,* notem bem. „

Como os leitores percebem, começavam elles a erguer *gritos de morte* contra nós. Porquê? Pelo que se vê. Porque tinhamos o tino que elles não tinham. Porque punhamos acima de tudo os interesses da democracia e da patria. Porque nos repugnava faltar á verdade, porque não podiamos fugir á justiça, porque obedeciamos á voz honrada da nossa consciencia.

Malandros, grandes malandros!

Mais dois ou tres artigos, já agora. Mais dois ou tres artigos para mostrarmos aos leitores o que dissémos a proposito da famosa revolução de 28 de janeiro, quando os miseraveis a planeavam. Mais dois ou tres artigos para mostrarmos aos leitores o que dissémos *logo que se deu o regicidio.* E os leitores, e o paiz, ficando sabendo como nós previmos tudo, como lealmente e sensatamente os aconselhámos sempre, como procurámos, com uma tenacidade e uma abnegação unicas n'esta terra, salvar, não só os interesses da patria e da democracia, como a elles proprios do abysmo, repetirá comnosco:

Malandros! Canalhas! Bandidos!

Só a tiro! Só a tiro!

Mascaras!

Andam os monarchicos — os sinceros, que são poucos — muito enthusiasmados com a descoberta das sociedades secretas, e das mascaras, balandraus e punhaes que usam os . . . *secretas.* E andam os republicanos a *fingirem que riem da invenção romanesca* dos monarchicos.

Ora quem se ri d'elles todos . . . somos nós.

Francamente, parece impossivel que a policia só agora descobrisse as sociedades secretas, os balandraus, as mascaras, os punhaes e as barbas. Parece impossivel!

Então a policia não sabia que as sociedades secretas existem no partido republicano ha mais de vinte annos?

Sério? Oh, que paiz phantastico!

Então a policia não sabia das barbas postiças, dos balandraus e dos punhaes?

Ora oiçam. Em 5 de janeiro de 1908 publicava o *Povo de Aveiro* um artigo, interessante, por signal, troçando dos conspiradores republicanos. E entre muitas coisas diziamos: " Mas para attrahir os homens sérios não eram, positivamente, a melhor coisa *as barbas postiças* do . . (ia o nome por extenso). Os homens sérios não vão atraz de *scenas de romance.* Não se attrahem *com asneiras.* Attrahem-se com razões. Não se seduzem com *praticas cabalisticas e momices.* Seduzem-se com actos de consciencia e intelligencia. „

E quantas vezes, quantas, não tinhamos nós já troçado das *barbas postiças,* das *praticas cabalisticas,* dos *balandraus* e dos *punhaes?* Quantas?

Os monarchicos enthusiasmados com a *descoberta* e os republicanos troçando da *descoberta* dos monarchicos é outra das muitas notas pittorescas d'esta terra.

Paiz phantastico!

Bandidos!

Martins de Carvalho, no seu livro *Os Assassinos da Beira,* conta:

Os roubos que praticavam os Brandões e a sua quadrilha não era só por meio d'assaltos ás casas. As suas extorsões eram effectuadas tambem por outros e diversos modos.

Os juizes de direito da comarca de Midões estavam inteiramente ás suas ordens. Não davam sentença, nem praticavam acto algum em que podessem interessar aquelles scelerados, sem que primeiro estes lhes determinassem a sua vontade.

Decisões relativas a heranças, litigios ácerca de dividas, tudo era resolvido pela inspiração dos sicarios.

Até os casamentos estavam dependentes d'elles.

A acção criminal achava-se egualmente na mão dos scelerados. Em plena audiencia geral era frequente ver entrar no tribunal os Brandões e declarar em voz alta aos jurados — *Esse accusado deve ser livre;* ou — *Esse accusado deve ser condemnado.* E n'essa conformidade o accusado era livre ou condemnado conforme a ordem recebida.

O juiz, o delegado, os jurados e os escrivães obedeciam cegamente, porque sabiam que, procedendo de forma diversa, eram infallivelmente assassinados.

Tal e qual, tal e qual como agora, com as quadrilhas republicanas e as quadrilhas monarchicas. Mas, sobretudo, a quadrilha republicana. E, d'entre as quadrilhas monarchicas, em geral, a quadrilha dissidente, em especial.

Tal e qual, tal e qual como agora. A quadrilha republicana quer que o Leandro seja um benemerito? Ha de ser um benemerito! Quer que se respeitem os assassinos de Cascaes? Hão de se respeitar os assassinos de Cascaes! Quer que o Djalme seja um martyr? Ha de ser um martyr!

O Cunha e Costa sente-se mais honrado em apertar a mão ao benemerito Leandro, futuro vice-presidente da Republica Portugueza, que aos jurados *infames* que o condemnaram.

O Affonso Costa lança o estigma sobre os juizes que condemnaram o Djalme e jura a innocencia do Djalme.

O Affonso Costa, o França Borges, o Brito Camacho, o directorio do partido republicano, todos, lançam o estigma sobre o dr. Antonio Emilio, juiz d'instrucção criminal, porque *se atreveu* a descobrir os assassinos de Cascaes e porque se atreve a pensar em descobrir os auctores da tragedia do Terreiro do Paço.

N'este paiz, **tal e qual como em Midões,** só é criminoso quem os republicanos ordenarem. N'este paiz, **tal e qual como em Midões,** ha de ser innocente quem os republicanos ordenarem. N'este paiz, **tal e qual como em Midões,** submettem-se os juizes, com raras excepções, submettem-se os jurados, com raras excepções, submette-se tudo, ás ordens, ás imposições, ao mando da grande quadrilha **democratica.** E se não estão ainda dependentes d'elles os casamentos, como em Midões, sabe todo o mundo que no tempo do Makabenko elles até quizeram intervir na nomeação dos parochos.

Subsiste o espirito de banditismo, o espirito de quadrilha, vivo, dominante, vigoroso, como no tempo dos sicarios de Midões.

O Affonso Costa, o Cunha e Costa, bandidos provados, são, apesar d'isso, exaltados, glorificados pelo partido republicano?

O mesmo succedeu ao Marçal! O mesmo succedeu ao João Brandão, ao Manuel Brandão, a todos os sicarios!

Sempre assim foi!

Ha só uma differença. Uma unica differença. E' que os velhos bandidos portuguezes mataram o **Caca,** o **Boa Tarde,** o Ferreiro da Varzea da Candosa, o *Anginho,* o Pirão, bandidos d'estrada como elles, e os bandidos d'agora chegam a matar o rei de Portugal.

E' que os velhos bandidos portuguezes nunca passaram de capitães do exercito, como o João Brandão, e d'apanhar o grau de cavalleiros de Christo e de cavalleiros da Torre e Espada, como o Marçal, e os bandidos d'agora são gran cruzes, generaes, chefes de partido, ministros d'estado, lentes da Universidade, como o Affonso Costa, o Alpoim e o Borracho.

O Alpoim berra por inqueritos sobre o regicidio? Protesta a sua innocencia? Mostra-se indignado quando lhe attribuem cumplicidade na tragedia do Terreiro do Paço?

A mesma coisa, a mesmissima coisa, que faziam os antigos sicarios.

Na noite de 28 de agosto de 1842 foi morto em Midões o honrado juiz Nicolau Baptista de Figueiredo Pacheco Telles, outro destemido magistrado d'esta região, pois era natural da Aguieira, concelho d'Agueda. Foi mandado para Midões de proposito para metter aquillo na ordem. De facto, nunca mais, desde que tomou posse da comarca, os sicarios deram leis no tribunal. Os Brandões assassinaram-no. O paiz commoveu-se. Na camara, o deputado Silva Sanches interpellou o governo. O ministro do reino, Costa Cabral, fez, jurando vingança, o elogio caloroso do assassinado. E o mestre do Alpoim, do Teixeira de Souza, do Alberto Navarro, do visconde da Ribeira Brava, do João Pinto dos Santos, do Affonso Costa, de todos os *libaraes* sicarios da actualidade, disse . . . o que imagina a geração actual, o que imaginam os homens que me leem que disse o mestre, o grande mestre dos antigos e actuaes sicarios?

O que imaginam?

Oiçam, oiçam, que é mais do que nunca urgente e indispensavel que o paiz abra os ouvidos e os olhos. O deputado Rodrigo da Fonseca Magalhães associando-se, n'um ardente discurso, ao voto e á manifestação da camara, entre muitas coisas disse *que um ministro da Inglaterra pedia ás duas casas do parlamento que se vestissem de lucto, porque esse juiz tinha prevaricado; mas n'aquelle dia pedia elle que se cobrissem os deputados de dó por um motivo que honra a nossa magistratura. Não podia negar um voto de admiração e de elogio ao magistrado que fora victima da recta administração da justiça. Este facto era de sobejo para justificar o governo e incita-lo a pedir medidas extraordinarias para o punir severamente.*

Ouviram? Pois então agora oiçam o resto. Um anno antes tinha sido morto o *Caca.* Assassinou-o a quadrilha dos Brandões, ou antes, uma fracção d'essa terrivel quadrilha, fracção commandada pelo sub-chefe, o Manuel Brandão. Assassinato horrendo. Uma crueldade que faz arripiar os cabellos e as carnes. Depois de morto, o *Caca,* e os seus companheiros, assassinados como elle, foram collocados, nús, sobre um carro. No meio d'algazarras e vozearias brutaes, na phrase de Martins de Carvalho, o carro rodou e percorreu toda a freguezia de Midões. Depois dirigiu-se a uma elevação que estava proxima e que se ficou chamando o *outeiro do Caca.* Ahi, accendeu-se uma fogueira, e n'ella, por entre gritos, acclamações, delirios selvagens da embriaguez do sangue, foram lançados os cadaveres dos desgraçados!

Era ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães, o Alpoim que um anno depois pedia á camara que se **cobrisse de dó** por ter sido morto, pela quadrilha de João Brandão, o honrado juiz de Midões. E sabem o que elle fez? Oiça o paiz. Oiça e pasme, se n'esta terra já ha de que pasmar.

Rodrigo expediu a seguinte portaria:

Tendo constado a sua magestade a rainha, por diversas participações officiaes, que ao **zelo e bons serviços** *(o normando é nosso) do* **cidadão** *Manuel Brandão, do concelho de Midões, se deve em grande parte a anniquilação do bando de salteadores, (os cacas) que por longo tempo assolara as terras da Beira Alta, e ahi commettera numerosos roubos e aleivosos assassinatos; e querendo a mesma augusta senhora dar ao referido* **cidadão** *e aos seus tres filhos, que muito* **efficazmente** *o coadjuvaram n'aquelle successo, um testemunho authentico do seu* **real agrado,** *e da contemplação que lhe merece o* **honroso e patriotico procedimento que tiveram:** *ha por bem ordenar, pela secretaria d'estado dos negocios do reino, que a camara municipal do concelho de Midões,* **chamando-os solemnemente á sua presença em acto de vereação, lhes dê publico conhecimento do louvor com que são honrados e distinguidos por sua magestade;** *devendo esta regia portaria ficar registada nos livros da camara, para satisfação d'aquelles* **dignos cidadãos,** *e para que de seus serviços em objecto de* **tanto interesse publico exista sempre um documento indelevel.**—*Palacio das Necessidades, em 24 de março de 1841.*—**Rodrigo da Fonseca Magalhães.**

Digam lá que não é a escola de banditismo onde apprenderam e se formaram todos esses miseraveis que dão pelo nome de Affonso Costa, de Alpoim, de Centeno, e outros mais. Digam lá que não foi ahi que o Alpoim apprendeu, e com elle os dissidentes, a protestar a sua innocencia sobre a morte do rei, e a reclamar inqueritos, e a reclamar *luz,* muita *luz,* sobre a tragedia do Terreiro do Paço.

Mas arrependeu-se ao menos o Rodrigo, como perto de setenta annos depois se *arrependeu* o Alpoim?

Podia o Rodrigo em 1841 exaltar o subchefe da quadrilha dos Brandões, fazer-lhe prestar e prestar elle proprio a alta homenagem que fica referida e recuar horrorisado um anno depois, horrorisado e arrependido, deante dos resultados da sua propria obra. Qual? Bandido! Grande bandido! Cynico! Grande cynico! Tal e qual como os bandidos actuaes!

Qual arrependido, qual historia! O major Christiano e o Ferreiro, o da Varzea de Candosa, eram dois salteadores da laia dos Brandões. Mas de politica opposta, — porque todos esses malandros eram influentes politicos nas suas regiões — ao Rodrigo da Fonseca Magalhães. O mal d'esses malandros, para o Rodrigo, o *unico mal,* era serem de *politica opposta.* E, por isso, escrevia do seu correligionario e amigo João Brandão, homem coberto de crimes, e dos mais horrorosos e atrozes crimes, em 9 de julho de 1853, em carta dirigida a João Correia Godinho:

E' indubitavel que o major Christiano e Ferreiro andam por esses districtos, e que, por vergonha nossa, homens tão atrozes são protegidos e ajudados. Dize da minha parte ao João Brandão que **o maior serviço que elle pode prestar á sua patria, á humanidade e á rainha** *é fazer com que esses malvados sejam presos; se assim o fizer* **honra-se,** *desmente os seus e* **meus inimigos** *e dá-me a maior prova da sua* **dignidade.** *Não tomes isto em pouco momento; é para mim negocio de fazer o maior esforço pelo amigo que me ajudar n'esta empreza. Dize ao Brandão que* **eu e elle** *estamos chegados* **a desmentir as calumnias dos jornaes,** *e que espero d'elle uma prova superior de* **homem de bem.** *Adeus, toma este negocio como o mais importante para mim. Haverá força e auxilio para o que se fizer.*

Diga o paiz que não foi este o espirito de banditismo que ficou dominando! Diga o paiz que Alpoins, Centenos, Borrachos, Pintos dos Santos, Albertos Navarros, Arroyos, Azevedos, Affonsos Costas, não são, precisamente, os bandidos que eram Rodrigos e outros! Diga o paiz que os assassinos do rei e do principe real, os assassinos de Cascaes, não são os assassinos do *Caca,* do Ferreiro da Varzea de Candosa, do juiz Pacheco Telles e de tantos outros. Diga o paiz que as quadrilhas do João Brandão, do Marçal, de Lavos, todas ellas *libaraes,* não foram os modelos das quadrilhas politicas d'então e das quadrilhas politicas da actualidade. Diga o paiz que a *Sociedade Secreta dos Invisiveis,* tambem *liberal,* fundada por um *juiz de direito* e por um advogado *deputado da nação,* essa terrivel sociedade destinada *exclusivamente* a praticar *vinganças politicas,* essa terrivel sociedade que commetteu os maiores crimes, essa terrivel sociedade em

(1) O normando é da occasião em que foi escripto o artigo.

que se tirava á sorte quem havia de *matar*, morrendo ás mãos dos companheiros quem, calhando-lhe por sorte matar, *não matasse*, diga o paiz que essa sociedade d'assassinos politicos não foi o modelo da sociedade de que sahiu a morte do rei, de que sahiu a morte do pobre Nunes Pedro, e d'outras que existem em Lisboa, no Porto e em Coimbra.

A educação de banditismo foi a unica educação que se fez e a unica que subsistiu em Portugal.

A decantada brandura dos nossos costumes é uma laracha, uma idiotia, uma hypocrisia, uma leria como tantas outras com que se illude este paiz de mentiras.

A liberdade, a democracia, não teem sido senão meios d'esconder ruins instinctos, perversas ambições, desejos infames. Com a cantata da liberdade e da democracia se tem deixado embalar o paiz sem perceber que essa cantata não correspondia, não correspondeu jamais, a nenhuma realidade. Que em roda d'essa bandeira de liberdade, de democracia, embrulhando-se n'ella, disfarçando-se com ella, encobrindo-se com ella, nunca se juntaram, áparte os ingenuos, senão ladrões, senão assassinos, senão malandros, ou ambiciosos da peor especie,

Esta é a grande verdade!

Os Brandões, vulgarissimos, infamissimos, e ferocissimos bandidos, tiveram as honrarias e as homenagens publicas que ficam referidas. João Brandão foi capitão do batalhão cabralista de S. João d'Areias. Depois foi capitão do batalhão nacional de Midões. Mais tarde o duque de Saldanha, ministro da guerra, e Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino, por portaria de 10 de setembro de 1850, que os dois assignaram, determinaram ás auctoridades militares e administrativas dos districtos de Coimbra, Vizeu e Guarda que prestassem a João Brandão todo o auxilio **que por elle fosse exigido.** E assim ficaram governadores civis e generaes, durante tres mezes, que era o praso de validade da portaria, ás ordens d'um dos maiores bandidos que tem havido em Portugal, e que se serviu dos poderes discricionarios d'essa mesma portaria para praticar **uns poucos d'assassinatos**, liquidando velhas rixas e satisfazendo odios pessoaes. Nunca houve pejo d'isto em Portugal. E nunca o houve, porque ladrões d'estradas e ladrões dos cofres publicos foram sempre collegas, afinal. Porque entre bandidos de casaca e bandidos de japona nunca houve outra differença que a que existe... entre a japona e a casaca.

O celebre bandido Antonio Joaquim Marçal, o de Villa Nova de Fozcôa, matou **33 pessoas**, feriu, mais ou menos gravemente, **43**, obrigou **99 chefes de familia** a fugirem da villa para escaparem ás suas iras e praticou immensos roubos. Em recompensa, **FOI FEITO CAVALLEIRO DE CHRISTO, CAVALLEIRO DA TORRE ESPADA E COMMANDANTE D'UM BATALHÃO DE VOLUNTARIOS.**

A mesma falta d'escrupulos, a mesma ausencia de vergonha, a mesma negação de caracter, o mesmo espirito de banditismo, que leva o partido republicano, em peso, a erguer nos seus escudos os mais repugnantes miseraveis.

Era para ahi, para esse espirito de banditismo, que se deveriam ter voltado todas as attenções dos pensadores e dos homens publicos honestos, se n'este paiz houve algum dia pensadores, dignos do nome, e homens publicos verdadeiramente honestos. Esses teriam visto, e fa-lo-hiam ver á opinião publica, áquillo que podesse merecer o nome de opinião publica entre nós, que Portugal, para caminhar, precisava, antes de tudo, de educação moral. E que a educação moral não se obtinha com a licença, com o desregramento, com a anarchia da liberdade, era um facto indiscutivel, por isso mesmo incontestavel. Em Portugal fez-se consistir toda a civilisação, todo o progresso, todos os melhoramentos na questão da *liberdade*. Os partidos ergueram todos o estandarte da *liberdade*. Cada um d'elles procurou affirmar mais *liberdade* que os contrarios. Mera especulação, é claro. Todos os partidos pregavam na opposição liberdade. Mas todos, desordenadamente, eram arbitrarios no poder. Consequencia fatal das circumstancias. Como era possivel a liberdade com um povo estupido, inculto, e cheio de ferozes instinctos animaes? Este povo precisava, como as creanças bravias, mas era de pau e pão. Precisava e precisa. Precisa hoje mais do que nunca. E precisa hoje mais do que nunca porque é claro que com os seus instinctos selvagens, que nenhuma educação amaciou, a *liberdade* foi licença, foi desregramento, foi anarchia, foi desordem, foi vicio, foi... cavalgadura á redea solta. Os instinctos selvagens, em vez de serem amaciados, cresceram, irritaram-se, aggravaram-se.

Hoje, se quizermos fazer d'este povo alguma coisa, teremos de voltar cincoenta annos atraz. Teremos de ir recomeçar a obra que já deveria estar concluida. Teremos de reprimir com mão de ferro esta explosão de selvageria em que o paiz se afunda, e, ao mesmo tempo, dar o exemplo da honestidade e do trabalho. Ao menor pretexto accordam os instinctos selvagens d'esta raça. Como domina-los? Para isso só ha um remedio: instrucção, educação, tempo... e mão de redea.

Pau e pão, até elle adquirir a sua maioridade

Pau e pão. Pão do corpo, pão do espirito, e pau, sempre que este se torne necessario. Não o deem de mais. Mas não deixem de o dar *logo que elle se torne necessario.*

E' coisa de que se não pode abusar. Mas é coisa que se não pode *fazer esperar*.

Tambem já tivemos a illusão contraria. Mas perdemo-la. Oxalá que a percam, como nós, todos os espiritos atilados.

Pau e pão. Pau n'uma mão e pão na outra.

Com povos selvagens nunca ninguem conheceu, nunca ninguem conhecerá outro remedio.

Pau, pão, boas obras e bons exemplos.

Unica maneira de sahirmos d'este lalyrintho em que andamos perdidos ha tantos annos.

Parece-nos que o *Progresso d'Aveiro* tinha feito melhor em ficar calado.

A *verdade dos factos* é esta. O sr. governador civil não mandou retirar a policia da rua d'Arnellas. O sr. commissario de policia tambem não. O chefe de policia tambem não. Mas ella retirou. E ninguem sabe ainda quem a mandou retirar! Nem porque retirou ou deixou de retirar!

Ora quando os serviços andam assim n'um districto, uma pessoa cala-se. Principalmente n'estes tempos, em que já se não pode estar de bem com Deus e com o diabo, nem deixar correr tudo á matroca. O espirito de regedoria vae acabando, meus senhores. Vae acabando! Podem crer que vae acabando. Chegou o tempo d'assumir abertamente responsabilidades e de ter a coragem de ser resolutamente por Cesar ou contra Cesar.

Isto sem nenhum proposito de atacar o sr. conde d'Agueda. Não lhe queremos mal, antes lhe queremos bem, pois lhe reconhecemos muitas e grandes qualidades. Como lhe reconhecemos os seus serviços, alguns muito importantes, ao districto e á cidade. Mas d'ahi até deixar de dizer as verdades, quando estas apparecem e se impõem, vae sua differença.

Se não tem vindo o bilhete d'Oliveira de Frades, nada teriamos dicto sobre o caso. Nem uma palavra. Mas veio o bilhete, calhou falar-se no assumpto e falou-se. Com muita razão, com muita justiça e com muita verdade, áparte ter sido este ou aquelle quem mandou retirar a policia da rua d'Arnellas. Se não foi ninguem... foram todos.

De resto, pouco nos importa, saiba-se, que a policia esteja na rua d'Arnellas ou deixe d'estar. Censurámos a falta do cumprimento d'um dever. E mais nada.

Quem quizer fazer mal, fa-lo. Não ha de ser a policia que o ha de evitar.

Alcoolismo

Por falta de espaço não publicámos no ultimo numero a carta que se vae ler. O assumpto, como já dissemos, é importantissimo, e bem vindas sejam todas as opiniões e todos os alvitres sobre elle. Uns serão melhores. Outros serão peores. Mas o effeito de todos, e isso é que é importante, será chamar as attenções para um caso gravissimo, que se junta a tantos outros para ameaçar sériamente a vida do povo portuguez.

Só quem lida com homens de trabalho, ou quem observa e investiga, sabe quanto o alcoolismo se tem desenvolvido em Portugal. E' uma coisa medonha. Estes adjectivos são muitas vezes empregados como simples effeito de rhetorica. Mas n'este caso ainda não exprimem bem a realidade.

E' uma coisa medonha! E' uma coisa pavorosa! Nós nunca vimos o homem do povo n'este estado. Aqui em Aveiro é um horror. E' o carpinteiro, é o pedreiro, é o sapateiro, é o pescador, é tudo. A bebedeira invadiu todas as classes de uma maneira que só vista. Ha para ahi operarios e operarios *inteiramente* inutilisados pelo alcool. Inutilisados physica, moralmente, e intellectualmente. Nas classes burguezas, da mediana burguezia, que não ha outra n'esta terra, succede o mesmo que nas classes trabalhadoras. Até professores! Ha-os ahi apontados a dedo como bebedos incorrigiveis! Nas mulheres — observação já muito judiciosamente feita pelo primeiro dos nossos correspondentes que abordou o assumpto — vae entrando a bebedeira como nos homens. E o que é em Aveiro é em todo o paiz. Não se pode dizer *esta terra é melhor ou peor do que aquella*. E' a mesma coisa **em todas as terras do paiz.**

O auctor da carta que se vae ler apresenta um alvitre que é bom, realmente. Mas, como elle mesmo diz, todos *os meios de combater o alcoolismo são bons*. Na iniciativa de politicos não confiemos. E' inutil. Por muito pouca opinião publica que haja em Portugal, ainda n'ella, e só n'ella, se pode confiar. Só ella pode remediar directa e indirectamente o mal. Directamente pela acção da propaganda. Indirectamente, forçando os governos a intervir. Se ficarmos á espera da iniciativa dos politicos, que tem sido o costume d'esta terra, estamos perdidos. Os politicos são bandidos. Quer monarchicos, quer republicanos. Vejam-se o que elles teem feito sobre o alcoolismo, como sobre a instrucção, como sobre todas as grandes questões nacionaes. E ainda ahi os bandidos republicanos teem maior responsabilidade que os monarchicos. Porque a elles, sobretudo, pela qualidade que se arrogam de *reformadores*, de *redemptores*, e pela acção incontestavel que teem exercido sobre as multidões, competia ter feito uma propaganda séria, bem ordenada, systematica, intelligente, no sentido da rehabilitação physica, moral e intellectual da patria portugueza. Nunca fizeram nada, os miseraveis. E nunca fizeram nada tendo-lhes nós *aberto aqui o caminho*, tendo-os ensinado, tendo-lhes fornecido elementos preciosos para esse combate, como dizia o auctor da carta que sobre instrucção domingo ultimo publicámos. Escrevemos dezenas d'artigos sobre a questão do pão. Dezenas d'artigos, dezenas e dezenas, sobre a questão da instrucção. Sobre a alimentação das classes trabalhadoras em geral. Sobre a educação da mulher e da creança. Sobre o alcoolismo. Sobre tudo. A nossa voz ficou ahi sempre sem echo, mesmo quando toda a frandulagem da republica nos acclamava como *mestre em questões publicas*.

Ainda ahi os miseraveis foram mais vis que os monarchicos.

Portanto, não confiemos nos politicos. Confiemos na opinião publica, n'essa pequena opinião publica que existe ainda no paiz. Assim haja homens que *saibam* interessa-la.

E segue a carta, que é digna de ser lida.

Sr. Director d'*O Povo de Aveiro*.

Li o que sobre o alcoolismo se disse no ultimo numero d'*O Povo de Aveiro* e ao appello que n'elle se faz áquelles a quem a questão interessa venho corresponder se V. o permittir.

Estava previsto (usando da phrase que lhe é com farta rasão peculiar) que o alcoolismo havia de ser um dos resultados, certamente o peor, d'essa doida mania de plantar vinha que ha annos accommetteu o portuguez. Estava previsto, repito, pelos raros homens que n'este paiz teem o raro habito de pensar. Digo o raro habito de pensar porque não ha duvida que em Portugal raros são os que pensam. Tudo vae á matroca, e quando, por acaso, se acerta sobre qualquer coisa, fica-se ainda mais convicto de que não é preciso mortificar o espirito na observação dos factos, porque a sorte é quem tudo governa. Para mim é ha muito um facto esperado esse que agora *O Povo de Aveiro* veio revelar. Effectivamente se lhe não acudirem com brevidade o alcoolismo devastará os já apagados restos da vitalidade portugueza. O alcoolismo, pois, ameaçando dar o golpe de misericordia no caracter portuguez, obriga ainda os mais modestos a fazerem o seu protesto. O meu é o resultado do estudo que fiz sobre a crise vinicola que é a causa, motivo agente primario do alcoolismo em Portugal. E não venha a *espertesa indigena* suppôr que eu pesquei esta occasião para impingir o milionesimo alvitre da resolução da crise vinicola quando a propaganda contra o uso do vinho é o que em toda a parte se faz contra o alcoolismo. Prevendo já esta *espertesa* venho muito claramente dizer que as sociedades de temperança, que a Inglaterra iniciou nos principios do seculo passado, e actualmente esse paiz, America do Norte e Allemanha muito teem desenvolvido, seriam em Portugal uma fantasia maior do que a Ordem da temperança instituida no Hesse nos principios do seculo XVII se bem me recordo.

Effectivamente não é possivel crear sociedades de temperança, sociedades estas que prohibem o uso do vinho, n'um paiz onde uma tão grande parte da população se occupa na viticultura e onde a principal exportação é o vinho.

Seria mais uma contradição que resultaria inutil porque até não haveria modo de fundar taes sociedades, especialmente nos meios ruraes (que são aquelles onde o alcoolismo mais estragos está fazendo mercê do insignificante preço que o vinho tem), porque o egoismo humano responderia por toda a parte o que um vinhateiro a quem fallei no caso me disse: «Sim, mas eu preciso vender o meu vinho».

Sendo, pois, a crise da abundancia de vinho o que entre nós faz o alcoolismo, só combatendo aquella é que podemos vencer este. Para se fazer o encarecimento de vinho teem fracassado os meios até aqui empregados, porque a *meninice* nacional não teve ainda coragem para cortar a direito. A crise vinicola é uma crise mundial, cada paiz vinhateiro está fazendo todos os esforços para fomentar a sua exportação conquistando novos mercados e consolidando os antigos. Em Portugal, onde estes meios são por varios motivos mais difficeis, a forma mais efficaz (não quero dizer que não se empregue tudo, para augmentar e consolidar a exportação) é diminuir a producção e para o conseguir não ha outro meio (escusam de se cançar) senão o imposto de producção progressivo. Isto é: Que o primeiro vinhateiro do mundo se veja na necessidade de arrancar a maior parte da sua vinha e aquelles que o queriam imitar, como productores é claro, tenham sorte semelhante. A que se deve o ultra-mesquinho preço porque o vinho se vende na actualidade? Toda a gente o deverá saber, mas para que ninguem o ignore é bom consignal-o: Deve-se ao primeiro vinhateiro do mundo querer vender o seu vinho directamente á cidade de Lisboa.

Ora se tanto pobre fazendeiro, que lavra poucas dezenas de hectolitros, como o médio viticultor, não pagassem imposto de producção, e o grande vinhateiro fôsse tributado por forma que o rei e os principes do vinho pagassem um imposto de producção que os obrigasse a recuar para os limites da média viticultura, tudo se normalisava, o vinho teria preço que, remunerando a cultura, impediria o alcoolismo melhor do que se podessemos trazer para Portugal todas as sociedades de temperança da Grã-Bretanha. Julgam que os principes do vinho são muito numerosos? Não são cem no paiz e ainda para muitos d'elles mais lucro haveria em pertencerem á média viticultura do que aquella a que pertencem. Pois bem; são estes homens os maiores culpados do alcoolismo!

Sei perfeitamente que se considerará o que acabo de dizer como o milionesimo alvitre para debelar a crise vinicola e que se julgará (se alguem com isso se importar) pouco efficaz a forma de combater o alcoolismo, porque a regra no nosso paiz é procurar nas coisas complicadas e fantasistas o remedio para quaesquer males. Era porem meu dever dizer o que sobre o assumpto penso, visto que em *O Povo de Aveiro* se pediu a collaboração d'aquelles para quem o alcoolismo do povo portuguez não é visto com a indifferença com que geralmente se veem as grandes calamidades nacionaes.

Com muito respeito e consideração sou

De V. etc.
Um assignante.

O Margarido

Não publicámos a semana passada, por absoluta falta d'espaço, a carta que se segue:

Infinitamente lhe agradecemos e o felicitamos por ter tomado a defesa da creancinha martyr, filha do França Borges. Deus permitta que aquelle mau pae, ao menos pelo receio do escandalo, já que não tem coração, livre o pequenino da fera a quem o confiou. Como vimos, já V. ha dois mezes se occupava do pobre innocente. Elle, coitadinho, bem precisava de um defensor, que só em V. encontrou. Os mais... ninguem se atrevia, nem mesmo o visconde de S. Luiz de Braga que tinha o remedio tão facil, pois se passavam bastantes scenas no seu theatro. Aquelles ensaios tornaram-se um supplicio para quem tinha algum coração.

Bem sabiamos que V. seria prompto em soccorrer um desventurado. Se todos os homens fossem assim!...

Todas as venturas lhe desejam as duas gratas leitoras admiradoras que para sempre o bemdirão.

N'estas poucas linhas se continua a revelar a alma terna da mulher. Teem alma, essas duas mulheres! E até isso já consola no meio d'esta desorientação, d'esta degringolade, d'esta anarchia, d'esta orgia em que as mulheres portuguezas se teem tornado, como os homens, uns verdadeiros... *estipores*.

Desculpem o termo, minhas senhoras. Que o desculpem todas as mulheres dignas d'este nome. As que forem ternas, delicadas, trabalhadoras, honestas, as que conservarem todos os sentimentos ou a maior parte dos sentimentos que engrandecem e nobilitam a mulher, que lhe dão superioridade, encontestavel superioridade, sobre o homem. Desculpem, que é o termo proprio.

E' como diz a *soberania popular* e n'isso é que a soberania popular é grande. E' quando ella, estropeando, dá mais energia, mais vigor, mais vibração á phrase.

E' um *estipor*, diz por aqui o pescador, o meu patricio pescador, fulminando e desdenhando ao mesmo tempo.

São uns *estipores*, essas mulheres homens, essas *machas*, esses monstros *hermaphroditas*, que só pensam em arremedar o Zé do Valle, o Gomes Leal, o Arthur Leitão ou o Baracho. Essas socias *litteratas* do sucio França Borges, Affonso Costa e quejandos. Companheiros de club, de tasca e de... bordel.

Os *estipores!* Os grandes *estipores!* As vespas do progresso! Da civilisação! Da emancipação!

Vespas maldictas!

Desculpem, senhoras. Todas as que forem senhoras. Estamos certo de que hão de sentir a indignação que nós sentimos.

Na carta das nossas leitoras vibra a alma terna e delicada da mulher. Infelizmente, enganaram-se nas suas previsões. Nem mesmo o receio do escandalo fará recuar o bandido. Nem mesmo esse!

E' hoie segunda feira. Recebo o *Mundo*, esse escarro que uma dolorosa obrigação de officio me obriga a consentir, por instantes, em cima d'esta mesa de trabalho. Abro. Leio uma secção porquissima que se intitula *Diz-se* E essa *coisa* termina hoje por isto:

Que o sr. José Luciano pensou em fazer o ex-dictador João Franco par do reino, para fazer as pazes com o franquismo, caso este quizesse entrar no bloco conservador.

Que ha mesmo quem affirme que João Franco, tendo-lhe mandado recentemente pezames o chefe progressista, fôra a casa d'este agradecer.

Que nada surprehende, por mais vergonhoso que seja, entre chefes monarchicos.

Ora quem escreve isto, quem tem a audacia de escrever isto, é o malandro que cahia nos braços do Cunha e Costa depois de lhe ter dirigido, como é conhecido dos leitores do *Povo de Aveiro*, as ultimas affrontas, os ultimos insultos.

E' um pulha sem os menores restos de vergonha. E' um cynico sem vestigios de pudor. E' um garoto descarado, deslavado, safado. E' um grilheta que causa nojo aos proprios grilhetas. Como ousam as nossas leitoras acalentar a esperança d'um forçado d'essa ordem, um galereano tão vil, recuar deante do escandalo?

Não. Não recua. Para esse reptil só ha um remedio: o Limoeiro ou a Penitenciaria. E por isso tornamos a recommenda-lo ao sr. dr. Antonio Emilio, juiz de instrucção criminal.

Pode esse bandido submetter um filho á tortura de uma megera? Tem esse bandido esse direito?

Não tem. Começa logo porque esse devasso, esse pulha, se fosse um homem com sombra de sentimento, não entregaria a educação de seu filho a uma mulher como a Emilia d'Oliveira. Esse devasso, esse pulha, que todos os dias penetra na vida intima dos outros. Esse rufio, esse bebedo, esse bordeleiro, esse tasqueiro immundo, que se atreve a falar em moralidade publica.

Ainda que a Emilia de Oliveira não martyrisasse a creança, não era mulher a quem um homem de regular aceio confiasse a educação d'um filho.

Mas a Emilia d'Oliveira martyrisa a creança. Mas o pae infame é aquelle que *andou mezes* a falar no *orphão Albino*. E' aquelle que ainda n'outro dia reclamava castigo para os professores da Casa Pia que davam palmatoadas nas creanças.

Queira proceder, sr. Juiz d'Instrucção! Reclama-o a lei e a indignação publica.

Regicidio

Chovem as informações na redacção d'este jornal. E, com ellas, as desconfianças sobre o *bom resultado*, quanto á descoberta dos auctores da tragedia do Terreiro do Paço.

E' curioso isto: todas as informações confirmam uma carta anonyma que recebemos logo após a morte de D. Carlos!

Como se sabe — está na memoria de todos — tudo tremeu n'este paiz quando D. Carlos foi assassinado. Tudo ficou apavorado. E tudo se retrahiu, se encolheu, se metteu quasi pelo chão abaixo! Menos nós. Nós publicámos immediatamente o artigo *Justiça*, que foi uma exauctoração tremenda da quadrilha republicana e das quadrilhas monarchicas. Nós não tivemos medo dos assassinos, dos bandidos da politica, apesar de já andarmos por elles condemnado á morte. Medo nenhum! Sentimos uma grande revolta contra os miseraveis, que tendo sido os verdadeiros culpados de toda a crise portugueza, que tendo incitado o rei a praticar violencias e attentados constitucionaes, que tendo feito calorosamente e indignamente a apologia do *poder real*, acabaram por assassinar D. Carlos, *que era sua victima*, só *sua victima*, e, com a violencia, a energia, ao mesmo tempo a sinceridade do costume, transportámos, sem olhar a consequencias, a nossa revolta, a nossa indignação para o jornal.

Porque a verdade é esta: é que se nós fossemos chefe de partido monarchico, presidente do conselho, ministro d'estado, nunca o rei D. Carlos teria commettido, comnosco, os attentados de que o accusavam. Nunca! Os verdadeiros culpados, os grandes culpados, eram elles, os miseraveis, que o accusaram e o mataram.

Nunca um coronel, nunca um major, nunca um capitão saltou por cima de nós, queremos dizer, dos nossos direitos e dos nossos deveres, da nossa auctoridade, da dignidade das nossas funcções, da nossa integridade, quando eramos militar. Nunca! Jamais! Afoitamente o podemos dizer. E dizemo-lo bem alto. Tivemos por isso conflictos? Tivemos. E conflictos graves. Resultou-nos d'ahi mal? Resultou. E muito mal. Mas não estamos arrependido! Mas ainda hoje fariamos o mesmo! Porque acima de tudo houve sempre uma coisa que nos indignou, que nos revoltou, que nos fez ferver o sangue... ver calcar a lei, o direito, a justiça, a verdade. Nunca comprehendemos como um homem podesse assistir a isso sem bradar, e de rijo: *Para traz! Alto lá! Basta!*

Basta, foi o grito de toda a nossa vida deante da mentira, deante d'um ultraje. Nunca um chefe militar usurpou as nossas attribuições que não provocasse, da nossa parte, um protesto vibrante e immediato. Nunca um coronel, nunca um major, sendo nós capitão, attentou contra os direitos e interesses d'um sargento da nossa companhia, d'um soldado, que lhe não gritassemos: *Tenha paciencia, mas, com o devido respeito, alto lá!*

Soffremos com isso? Tivemos, por causa d'isso, graves conflictos? Resultou-nos d'ahi mal? Pois ainda hoje fariamos a *mesma coisa*, apesar das licções da experiencia e da edade. Sem trepidar! Sem hesitar!

Um dia, eramos nós capitão d'infanteria 7, regimento então aquartelado na Cova da Moura, perto do Paço das Necessidades, um outro capitão do mesmo regimento contou isto: que estando de guarda ao Paço, o sr. Malaquias de Lemos, actualmente commandante da Guarda Municipal, acercando-se d'elle lhe dissera: «A sentinella do vestibulo limitou-se esta noite a pôr a arma na posição de sentido quando el-rei passava. Queira, de qualquer forma, proceder contra ella.» O capitão ouviu e ficou calado. E não se imagina a nossa indignação, não contra o rei, não contra o sr. Malaquias de Lemos, que podiam ambos desconhecer a ordenança, e que a desconheciam, certamente, o que era facil, mas contra o capitão que... *ficou calado!* Que covardia! Que indignidade! Por acaso entrámos, por nossa vez, de guarda ao Paço, no dia immediato. E, ainda por acaso, deu-se este facto. Era dia do rei ir ao theatro. N'esses dias jantava-se muito depressa. O rei e a rainha, já preparados, acabavam de jantar e sahiam logo. Succedeu n'esse dia sahirem mesmo atraz de nós. Vinham a poucos passos de distancia. A sentinella do vestibulo, vendo o rei ao longe, ia a preparar-se para lhe apresentar arma. E nós, em tom de commando, voz energica e vibrante, gritámos: *Faça a continencia da ordenança!* O soldado deixou cahir a arma ao longo do corpo e ficou como que petrificado. O subalterno, que nos seguia, e que conhecia o facto dado com o outro capitão dois dias antes, appareceu-nos cá em baixo, pallido. Não de susto, é claro. Não era nada com elle. Mas d'uma certa commoção. Que audacia, dizia-me elle! Nenhum outro capitão faria isso em Portugal!

Imagine-se! Veja-se a que chegou o caracter portuguez! Até *aquillo*, aquella simples coisa, aquella borra, era um... acto d'audacia!

Esperámos, a ver se alguem nos dizia, até ao dia seguinte, alguma coisa. Nada! O rei percebeu? Devia ter percebido. Com certeza: percebeu. Não gostou? E' natural que não gostasse. Que importava?

Ora quem fez isso, sendo um simples capitão da guarda e n'um caso insignificante, podem todos ter a certeza que procederia d'um modo analogo, se fosse presidente do conselho ou ministro d'estado, em casos graves. Dentro do direito, seriamos firme, inabalavel.

E tinhamos entrado n'esse Paço recebendo *signaes de sympathia e demonstrações d'agrado* que teriam *derretido* quasi todos esses miseraveis que nos teem accusado de fazer o jogo monarchico. Por vias directas e indirectas nos foi communicada a *sympathia* que sua magestade el-rei e sua magestade a rainha nos dedicavam. Sua magestade a rainha, com todos os poderes de *deslumbramento* que possuia e que realçavam a grandeza do logar que occupava, teve sempre para comnosco os seus melhores sorrisos, e nunca se furtou, nem na sala do Throno, em dia de recepção, a manifesta-los. Era um jogo. Era uma tentativa de corrupção. Era um attentado á nossa austeridade. Mas nem nos deixámos corromper, nem, como donzella pudica, por isso mesmo que tinhamos a forte consciencia de nós proprio, nos indignámos. Nem fomos servil, nem fomos corrupto, nem fomos insolente, soberbo ou malcreado.

O rei, percebendo que eramos inatacavel, veio a querer-nos mal? Não sabemos. Se veio, era natural. Se não veio, nem por isso deixou de se defender, pondo-nos ao largo. Fez bem. Nós teriamos feito o mesmo. Nunca, por isso, lhe quizemos mal.

Nunca quizemos mal aos nossos inimigos por elles se defenderem de nós lealmente, francamente, dignamente. Estavamos na Relação do Porto, em 1891, quando Emygdio Navarro escreveu nas *Novidades* dois formidaveis artigos contra nós. Iamos ser solto. Não o fomos por causa d'esses artigos. Antonio Candido, ministro do reino, teve medo e recuou. Mas Navarro estava no seu campo! Navarro não nos chamava tratante. Pelo contrario. Não nos offendia, antes nos engrandecia, sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista intellectual. Simplesmente, julgando-nos auctor da revolta, julgando-nos o *mais perigoso* dos revolucionarios, com elle dizia, queria-nos preso e aferrolhado. Estava bem. Nunca, por isso, lhe quizemos mal. A quem nós quizemos mal foi aos republicanos, aos miseraveis que, em paga dos nossos conselhos e das nossas *previsões do desastre*, nos dennunciaram. Foi aos republicanos, aos miseraveis que, conhecendo toda a verdade, nos calumniavam entre os republicanos chamando-nos traidor, n'um intuito vil de descredito, e falsamente nos apontavam aos poderes publicos e aos monarchicos como o *mais perigoso dos revolucionarios*. Seriamos o mais perigoso, talvez, porque não eramos tolo como elles, se, de facto, tivessemos entrado no movimento de que resultou o desastre. Mas a verdade é que, por isso mesmo que não eramos tolo, como elles, haviamos empregado todos os esforços para evitar que o movimento degenerasse n'uma borracheira, n'um motim, n'uma chinfrinada.

O rei D. Carlos deu ordem, certamente, directa ou indirecta, pela deanteira ou por portas travessas, aos generaes do conselho disciplinar, para que nos reformassem. Mas desde que eram os republicanos que armavam o cadafalso e lhe punham nas mãos o cutello com que elle podia decepar a cabeça d'um republicano, que seria sempre no exercito, para a monarchia, uma ameaça, que havia de fazer D. Carlos? Fez o que todo o mundo de juizo faria em circumstancias analogas. Ahi, não era elle o criminoso. Não era elle o vil. Não era elle o miseravel. Eram os republicanos. Esses, sim. E, como sempre, mil vezes miseraveis.

Este foi o nosso modo de ver constante. O unico logico. O unico correcto e honrado.

D. Carlos seria mau. E, na verdade, tinha defeitos imperdoaveis. Mas possuia, ao mesmo tempo, qualidades que não possuia nenhum dos miseraveis que o estigmatisaram, o fulminaram, o mataram. Por outro lado, por peor que elle fosse, ainda mesmo que não possuisse nenhumas qualidades, todas as suas tentativas resultariam inuteis se os seus ministros respeitassem a constituição e fossem homens de caracter.

Vá que o rei cahisse n'uma revolução. Mas cahindo com elle os monarchicos, cumplices e auctores dos attentados monarchicos. Vá, em ultimo caso, que se matasse o rei. Mas matando com elle os ministros monarchicos responsaveis. Os que tinham sido ministros. Os que tinham commettido os crimes e os attentados de que o paiz se lamentava. Mas matarem o rei os proprios que o tinham louvado e incitado, os proprios que tinham feito a propaganda do engrandecimento real, os proprios que clamavam que n'este paiz só havia um poder forte e respeitado, o poder do rei, foi a maior affronta á justiça e á verdade, o maior crime de lesa-consciencia que se tem praticado em povos civilisados.

Se o senhor Alpoim entrou, ou não, na sociedade secreta onde se resolveu matar D. Carlos, se n'ella entrou, ou não, o sr. João Pinto dos Santos, o sr. Alberto Navarro, o sr. visconde da Ribeira Brava, ignoramos. Mas o que é verdade, é que se esses senhores não entraram na conspiração, foram elles, elles e outros da mesma laia, os que crearam a atmosphera em que se formaram os conspiradores que mataram o rei D. Carlos. Ora que auctoridade tinha o sr. visconde da Ribeira Brava? Não conhecemos o cavalheiro. Mas conhecemos um official do exercito alemtejano, que serviu comnosco, que vivia muito comnosco, e que nos contava partidas extraordinarias do sr. visconde da Ribeira Brava, quando governador civil de Beja. Entre ellas esta, que é typica. Em determinada eleição, o sr. visconde tinha contra si certa freguezia. De que se havia de lembrar? De declarar o cholera na freguezia! Cercou-a de tropa! Fe-la isolar! E assim ficou livre dos eleitores... que não votaram!

Então era este homem quem proclamava a guerra santa contra o rei por attentados... á liberdade?

Então era este homem, de quem se dizem coisas estupendas, que se sentia *indignado* pelos adeantamentos feitos ao rei e á familia real?

Quem mais se sentia indignado pelos actos liberticidas do rei D. Carlos? O sr. Alpoim? O que tinha aconselhado o rei a não deixar entrar no parlamento deputados republicanos?

Quem mais se sentia indignado pelos *adeantamentos* feitos ao rei D. Carlos? O sr. Alpoim?!

Francamente, accordava tarde!

O sr. Alpoim? O sr. Arroyo? O sr. José de Azevedo Castello Branco? O sr. Ressano Garcia? O sr. Centeno? O sr. Pimentel Pinto? O sr. Teixeira de Souza?

E como é que o sr. Alpoim, e todos esses, só se indignavam quando o rei parecia disposto a pôr cobro ás ladroeiras proprias, e da propria familia, e ás ladroeiras alheias?

E como era que uma dictadura, mais uma dictadura depois de tantas dictaduras, punha em revolta todas as almas puras dos monarchicos até os levar á pratica d'um assassinato?

O crime do Terreiro do Paço foi um crime de malandros. Não venha patife nenhum dizer-nos que foi um *crime revolucionario*. Bem sabemos! Bem conhecemos esse *truc!* Bem percebemos essa mystificação! Não ignoramos onde vae essa armadilha, que apanha ingenuos e papalvos! Mas para cá... não pega, miseraveis!

O crime do Terreiro do Paço foi um crime de malandros e um crime de monarchicos. Monarchicos no sentido de terem servido e explorado a monarchia. Associaram-se a elles *republicanos?* Associaram-se a elles malandros que se dizem republicanos mas que são tão republicanos como os monarchicos que se dizem monarchicos. Malandros, só! Todos malandros! Comedores! Exploradores! Ladrões! Cynicos! Quadrilheiros! Bandidos! Latrinarios!

Foi um crime de malandros. Só de malandros. Podia ser um crime de malandros e ser um crime de malandros revolucionarios. Ha malandros que, no fundo, são sinceramente revolucionarios. Não teem auctoridade nem imputação. Mas, ao menos, são sinceramente revolucionarios, isto é, ainda capazes d'arriscar alguma coisa pelo simples amor da revolução. Mas os que planearam e formaram a tragedia do Terreiro do Paço, não. Esses eram malandros e só malandros. Nem republicanos, nem monarchicos. Comedores! Exploradores! Ladrões! Bandidos! E mais nada!

Abaixo essa especulação *revolucionaria*. Qual crime revolucionario, qual diabo, qual cabaça! Crime de malandros. De malandros burguezes. Que nada tinham, que nada teem, que nada podem ter de revolucionarios. Para quem os revolucionarios são um instrumento, quando, por conveniencia illicita, se juntam aos revolucionarios.

E' preciso dar ao crime do Terreiro do Paço o caracter, o verdadeiro caracter que elle tem. Despi-lo de todos os sophismas. Liberta-lo de todos os *trucs*, subterfugios, e enganos. Apresenta-lo tal qual é! Para se vêr quanto é odioso, vil, infame.

Esse será o objecto, ou antes continuará sendo o objecto do nosso proximo artigo. E então falaremos no artigo *Justiça*, na carta anonyma que recebemos, e no mais que se prende com o crime, tudo muito interessante.

Já agora, isto ha de se liquidar. Paiz de covardes, que até chegam a ter medo de falar no crime do Terreiro do Paço!

Já agora, isto ha de se liquidar.

O Rei dos Bandidos

Sr. director

Coimbra—16 | 1 | 910

Então V. ainda agora sabe que o famigerado Affonso Costa, no celebre processo Esteves Ribeiro, se arvorou em chefe da policia judiciaria, para assim melhor conseguir os seus fins gananciosos?

Como V. anda esquecido das podridões d'esse pôço de infamias, que se chama Affonso Costa!!

Não foi só em Guimarães, em casa do sr. dr. Antonio Marques da Silva Lopes, que elle fez buscas, á frente da policia judiciaria. Foi mais longe ...

Á frente d'essa policia, andou pelo Alto Minho, foi a Ponte de Lima, ajudou a cercar uma casa (onde suppozera estar escondido Joaquim de Araujo), e depois, na mesma missão, atravessou a fronteira, andou por Vigo, etc., conseguindo, por fim, elle e a policia, lançar a mão a um dos implicados n'esse processo.

Leia os jornaes da epocha, que lá encontrará pormenorisada essa gloriosa jornada do advogado-policia, honra e gloria da quadrilha republicana.

Se não estou em erro, a casa que foi cercada pertencia ao morgado de Covas, conhecido cavalleiro tauromachico, que até, por signal, passou por varios enxovalhos, causados pelo sonho policial de Affonso Costa.

Leia, leia os jornaes da epocha, que lá encontrará preciosos dados para o formidavel libello que V. tão destemida e louvavelmente está formando contra esse—*exemplarissimo* quadrilheiro.

E é este insigne patife que acaudilha a mais abjecta *lama* da quadrilha republicana, na campanha que se move ao Juiz de Instrucção Criminal, por ter descoberto os criminosos de Cascaes!!

— Elle, o advogado-policia, ás ordens do mesmo Juiz de Instrucção Criminal, quando os seus gananciosos interesses a isso cégamente o levaram!!!

Qual "porrada e agua á jarra!..." De cabeça para baixo em uma latrina—é que é. E depois ... tampo em cima, mas tampo firme.

A. A.

Lembro-me, sim. Não ando esquecido. Quem nos contou isso foi, até, o mais honrado dos pulhas de bem, um tal José Francisco d'Azevedo e Silva, mumia santificada pela pulharia honesta do partido republicano.

Eu fui a Lisboa. Vivia eu ahi, então, n'essa terra de Coimbra. Fui a Lisboa e era meu costume ir dar dois dedos de conversa á mumia austera, que eu não conhecia ainda como chefe dos pulhas de bem, seita, confraria, sociedade, ou como lhe queiram chamar, que o juiz d'instrucção criminal não metteu no rol, mas que é, todavia, a mais perigosa, e, para mim, a mais repugnante da grande quadrilha republicana.

A mumia austera estava desesperada. Era o momento do Affonso andar pelo Minho e pela Galliza. A mumia austera, que tem o culto das sagradas coisas juridicas, tinha n'esse dia o seu assobio de serpente mais afinado que nos dias communs.

E cerrando os olhos e distendendo os beiços, como cobra quando o sol a aquece, assobiava:

Em França já teria sido expulso do collegio dos advogados!

Aquillo, accrescentava, não era um advogado. Era um beleguim.

Mas *gramou-o*. O chefe dos pulhas de bem *gramou-o*. Parece que é da essencia da seita! O Camacho gramou o Cunha e Costa. O Camacho e o Menezes. O José Francisco gramou o Affonso Costa. Gramam todos. E gramam tudo. Falta saber se tambem vão de *focinhos abaixo* ... como o Borracho.

Devem ir.

Gramar deve ser synonimo ... de afocinhar.

A grande quadrilha

Sr. Redactor

Continuando direi a V. que o tal biltre que dá pelo nome de Almeida photographo, depois das proezas referidas teve (como é natural) necessidade de levantar vôo de Torres Novas visto já alli não poder enganar ninguem. Ainda assim quiz fechar com chave d'ouro e para isso lembrou-se do seguinte: Vive em Alpiarça uma senhora respeitabillissima e cujo nome calamos para não a sujeitar á suprema vergonha de o misturar ao d'este reles bandalho.

Pois aquelle refinadissimo pulha começou a negociar o casamento da referida senhora offerecendo-a a varios sujeitos.

Entre outros offereceu-a a um professor de Payalvo e a um notario de Torres Novas. O preço era daremlhe uns contos de reis depois de effectuado o enlace. Pode V. imaginar a indignação d'aquella pobre senhora ao saber d'isto.

Pode alguem suppor que seria isto, da parte d'elle, uma brincadeira de mau gosto, pois não é crivel que o casamento se effectuasse sem o consentimento d'essa senhora. Não era. E não era porque elle contava, para levar a empreza a bom termo, com as relações que ella tinha com a pobre martyr que casou com este patife, e a quem essa senhora visitava, a miudo, pelo muito dó que lhe inspirava, porque este mariolão é, como todos os da quadrilha, um tyranno em sua casa e a pobre rapariga que casou com elle levava uma vida de cães. Portanto elle queria ser o *alcoviteiro* d'esse casamento suppondo ter artes bastantes para decidir a tal senhora de Alpiarça a acreditar as historias que lhe contasse enaltecendo os pretendentes.

Esta foi, como disse, a sua chave de ouro em Torres Novas. E realmente assim tinha que ser, porque, depois de um *tour de force* como este na *escrocquerie* já alli não podia continuar sob pena de decahir, de desacreditar-se no conceito de todos os que constituem a fina flor da sociedade *limociril* ou *limociracea* e para quem sua Ex.ª constitue um modelo a seguir sem nunca chegar a imital-o, um compendio vivo onde todos os que se dedicam á lucrativa arte de caco teem sempre alguma cousa que aprender.

Veio depois estabelecer arraiaes aqui em Beja não sem deixar um rasto luminoso da sua passagem por differentes localidades.

Respiguemos alguns casos apenas. Em Moura esteve na hospedaria da Mathilde onde seduziu uma pobre rapariga que depois abandonou, bem como ao filho.

Em se vendo *falho ao naipe* dá um passeio até Cazevel. Arma lá banca de batota e *rouba* os pontos com uma destreza inimitavel. Dizem até que é a forma preferida pela qual se manifesta o seu talento.

Ha annos violentou uma rapariga sua creada. Depois de estar gravida levou-a a banhos a Sines. A rapariga lá morreu afogada...

As opiniões divergem. Dizem uns que foi acaso, dizem outros que suicidio...

E ponto por hoje que já me sinto nauseado, mas torno a recommendar a V. que escreva ao Sr. Silva Nogueira pedindo-lhe mais miudezas. Ao menos para conhecermos a historia completa d'um *patife de corpo inteiro*.

No proximo numero falaremos do *maioral*, do *rabadão* d'este rebanho de ... ovelhas tinhosas e parvoas. Tem um reportorio menos variado mas são de grosso calibre algumas

Um republicano bejense mas sincero

Pulhastros

Um safadote, que dá pelo nome de Eugenio Ribeiro, e que mata gente em Agueda sem responsabilidade, o miseravel, acaba de chamar, ao que nos consta, porque ainda não fomos citado, o *Povo de Aveiro* aos tribunaes. Parece que o bilontraceo, sem esperar positivamente que nos viessemos desfazer em desculpas deante d'elle, como o malandrim de Aveiro, seu correligionario, se desfez deante do sr. Correia Nobrega, suppôz, pelo menos, que ficassemos um pouco a *tremelicar*. Elle, e os correligionarios. A quadrilha apregoa um novo plano. Parece que, exgotados todos os outros recursos, e sendo *algo perigoso* dar-nos uma facada ao voltar de uma esquina, recurso que muito afagam, mas que, pelos perigos e consequencias que de ahi podem resultar, vão adiando, pensam agora em nos anniquilar por meio de processos de imprensa.

Quer dizer, esta nossa lucta com a quadrilha republicana vae sendo cada vez mais interessante, e continua a offerecer um espectaculo unico no mundo. *Unico no mundo*. Nunca se viu uma coisa assim. Já o temos dito. Mas é bom accentua-lo.

A quadrilha republicana, como tambem já temos dicto, tem por si quarenta ou cincoenta jornaes. Não os podemos contar ao certo, mas não serão menos em todo o paiz. Até, talvez, sejam mais, pois que a imprensa da quadrilha, sabe-se, é numerosa. Além de quarenta ou cincoenta jornaes, dizem elles que possuem os maiores jornalistas do paiz. Dizem elles que teem a opinião publica a apoia-los. Dizem elles que somos *desqualificado*. Que ninguem faz caso de nós. Que toda a gente nos despreza. Que estamos só. E, comtudo, elles confessam a sua impotencia, a sua absoluta impotencia deante de nós.

Elles sentem-se perdidos, esmagados, triturados. Na allucinação, no desvairamento da derrota, não ha infamia, não ha miseria, não ha vergonha a que não recorram para nos inutilisar. Até que hão de acabar por recorrer ao assassinato. Será a ultima prova da sua miseravel impotencia. A ultima confissão da sua infamia.

Para ser um espectaculo unico no mundo bastaria a lucta jornalistica, sem mais nada. A lucta jornalistica leal, embora encarniçada. Nunca se teria visto um jornalista, com um unico e simples jornal semanal á sua disposição, bater-se com cincoenta jornaes, alguns d'elles diarios. Nunca se teria visto um jornalista, realmente só na imprensa, e fóra da imprensa, sem um partido a apoia-lo, sem alliados, sem ninguem ao seu lado, áparte o grande publico que assiste ao espectaculo, *fazer frente* a cincoenta jornaes que representam um partido que se diz o *unico* partido da *soberania popular*. **Fazer frente!** Nós já não dizemos *pôr em cheque*. Nós dizemos *fazer frente*. Mesmo que nós fossemos vencido, o simples espectaculo d'um homem contra um milhão seria admiravel.

Mas a verdade é que elles não só são *postos em cheque*, como são *esmagados*. Mas a verdade é que elles, não sustentando já um combate leal na propria imprensa, pois não ha traição, nem deslealdade, nem mentira, nem perfidia a que, escrevendo, não recorram, ainda fóra da imprensa usam de processos de que se envergonharia o ultimo grilheta. E mesmo assim são vencidos! E mesmo assim são esmagados!

Quer isto dizer que valemos muito? Não. Quer simplesmente dizer que elles não valem nada. Ha muito tempo que estariam desfeitos se tivessem encontrado um homem a vergalha-los.

Nós pomo-los, com uma penna, e n'um jornal semanal, em vergonhosa debandada. Imaginem por um instante que tinhamos na nossa mão os sellos do estado! Queiram encarar por um instante, só por um instante, essa hypothese! Em seis mezes, não precisavamos de mais — seis mezes de dictadura, é claro, de bella dictadura! — reduziamo-los a farrapos.

Rehabilitavamos o João Franco! O João Franco ainda vinha a ser canonisado pela canalha!

Falhou o expediente do Borracho. Agora é tarde, miseraveis!

Como o outro, o *truc* do bandido Affonso Costa, em que já collaborou o infamissimo Borracho, este ultimo, motivado na denuncia d'este bandalho fardado, foi premeditado e seriamente estudado. O bandalho, cheio de soberba, inchado como a rã da fabula, nunca esperou, primeiro que tudo, ser castigado. Depois, ainda no desvairamento da sua soberba, na loucura do seu enfatuamento extraordinario, nunca suppoz que deixassemos de responder a conselho de guerra e que o conselho de guerra não nos applicasse — tres annos de presidio — a pena maxima. Era o que elles, os quadrilheiros, pelos conventiculos, já radiantes, apregoavam. Tres annos de presidio! A pena maxima. E, n'este caso, o *Povo de Aveiro*, hoje um grande jornal, de grande tiragem, não nos tendo ao pé para o administrar, o vigiar, iria por agua abaixo.

Era a esperança! Era o plano!

Frustrada essa esperança, inutilisado esse plano, inventaram um canudo de dejectos para em dejectos nos afogarem. Tambem se frustou essa esperança. Mais um plano que se foi por agua abaixo. E, agora, os miseraveis recorrem á lei d'imprensa, elles, jornalistas, elles, com cincoenta jornaes ás suas ordens, á lei do João Franco, do dictador, para inutilisarem um jornalista *desqualificado*, *calumniador*, cujas affirmações *calumniosas e despreziveis*, elles, *jornalistas brilhantes*, com cincoenta jornaes, não são capazes de destruir, de desfazer, de apagar!

Como, alem d'infames, são imbecis! Como, alem d'imbecis, são ridiculos!

Elles proprios confessam, implicitamente, mas de forma bem inilludivel, bem clara, a verdade das nossas palavras! Elles proprios reconhecem, d'uma maneira eloquente, eloquentemente esmagadora, que succumbem á razão dos nossos ataques! Elles proprios attestam a nossa força! Elles proprios declaram a sua fraqueza deploravel!

De resto, é evidente que desde que nós façamos um appello ao paiz, temos dinheiro para todos os processos, ainda que elles sejam em numero consideravel. Isso é claro. Se suppõem o contrario, estão enganados. Experimentem, que desde já lhe prophetisamos esse resultado. Será outra manifestação nacional contra a quadrilha, e talvez a mais importante. *O Povo de Aveiro* é um jornal nacional. Verdadeiramente nacional. Encarnou a alma portugueza. Já não ha forças capazes de o inutilisarem.

Por outro lado, estar aqui, ou estar alli, na cadeia, para nós é a mesma coisa. A mesmissima coisa! Tanto redigimos, tanto administramos o jornal aqui, como alli. E para os *nossos gosos*, estar mettido n'esta, ou n'aquella casa, dá-nos o mesmo resultado.

Nós havemos de inutilisar a quadrilha. Havemos de esphacela-la. Havemos de faze-la rodar na lama, na immundicie da sua miseria moral.

Havemos de pegar na gargalheira dos bandidos e afocinha-los cem vezes no lodo da prostituição em que vegetam. Estejam certos! Estejam certos!

Isto quanto aos quadrilheiros em geral.

Quanto ao pulhastro d'Agueda, esse biltre nem merece discussão. Basta dizer-se que o biltre tem um jornal. Que por mais do que uma vez nos dirigiu, sem lhe darmos troco, injurias no seu jornal, já fazendo referencias ás immundicies do Maduro, já inventando, como no caso do prior d'Oyã, infamias de sua casa. Que tendo nós o direito, portanto, de o chamar, como a todos elles, aos tribunaes, o que nunca fizémos, mas o que faremos agora, se se tornar necessario abrir *conta corrente em despezas judiciaes* com os malandrins, unico motivo que a isso nos poderá levar, não só puzémos de parte tal expediente, de que nem sequer nos lembrámos, como só á terceira ou quarta investida do malandrim lhe démos aqui quatro ripádas. E essas de conta alheia e não ainda de conta propria.

O safardana, em logar de pegar na penna e defender-se, o safardana que nos tinha provocado, não teve pejo de recorrer ao pae para que o pae nos escrevesse a *justifica-lo*. O pae fe-lo em termos inconvenientes, unico motivo, ainda assim, porque a carta não foi publicada.

Depois d'isso, o biltre ameaçou dar com um *cavallo marinho* em quem quer que fosse que, d'Agueda, apparecesse a assumir a responsabilidade das accusações que lhe eram, d'aqui, arremessadas. Appareceu o sr. padre Oscar d'Aguiar, que sustentou a peor das accusações, a da lettra falsificada. O miseravel enguliu o cavallo marinho, enguliu as farroncas, encolheu-se, achatou-se, desappareceu na lama como um verme. E, depois d'isso, apparece a chamar-nos, a nós, aos tribunaes. O pulha sem vergonha! Um jornalista, que provoca, que affronta, e que, depois, vae chamar o jornalista provocado aos tribunaes! O garoto, novo Maduro, novo Trinta, pulha sem vergonha! Não se pode descer mais!

Lá vamos, cuspir-te na cara, deante de todo o mundo, face a face, *em sessão solemne*, miseravel! Lá vamos dizer-te, digno correligionario do Arthur Leitão, honesto amigo do Padua Correia, ponderado discipulo do Affonso Costa, que, aliás dentro da regra geral, és mais pulha, ainda, que o mestre, e um pouco mais repugnante, mais sujo, mais trampa, que o Arthur Leitão e o Padua Correia. Porque sendo tu, pela solidariedade, um grilhetasito da laia Padua e Arthur, és mais rasteiro, mais baixo, mais gaiato, mais ignobil do que elles.

Honra ao Padua e ao Arthur! São pulhas. Grandes pulhas. Mas não são, ainda assim, uns cadelitos tão reles como tu, ó miseravel!

Lá vamos dizer-te isto, miseravel!

Lá vamos cuspir-te na cara, miseravel!

Com nojo, ainda assim. Porque raras vezes temos visto descer tanto um canalha! Um jornalista que provoca um jornalista e que chama, depois, o jornalista, que provocou, aos tribunaes! Ha coisas que assignalam mais do que um crime. Que patenteiam um homem mais vil que se elle roubasse um cordão de oiro ou désse uma facada.

Esta, é d'essas.

Esta do Eugenio Ribeiro, o pulhastro que mata legalmente gente em Agueda!

O sr. Julio Vieira da Cruz, proprietario da tabacaria Monaco, é o nosso agente exclusivo para a venda do POVO DE AVEIRO, nas ruas de Lisboa.

DE LISBOA

17 de janeiro.

Para não termos de nos desilludir, não somos dos que acreditam que appareceu emfim, *quem nos governe*, que o governo fez saber á *republicanagem* que estava disposto a seguir a opinião de Eduardo d'Abreu que em 1898 aconselhava *sangria* e *maçagem*, lubrificada com a *agua da jarra do Povo de Aveiro*; mas ... os factos são os factos: as associações de malfeitores que se dizem republicanas, exigiram que o Directorio as deffendesse, proclamando a guerra ao Juizo de I. Criminal e aos monarchicos (?) O Directorio que, de fracc, não pode com uma gata pelo rabo, cedeu. Haveria coisas terriveis. Um comicio *monstro* ... O diabo emfim; mas o travesseiro, que ainda é o melhor conselheiro, disse-lhes: que não contassem com as cem ou duzentas mil pessoas para auditorio (os comicios republicanos *contam* sempre os ouvintes por centenas de milhares); que republicanos havia que não approvavam o comicio por immoralmente opportuno; afinal que iam protestar contra uma instituição, que tambem era obra do chefe Bernardino; ... que o melhor para descalçar a bota, era ouvir a Junta Consultiva. O chefe Bernardino veio a Lisboa, o Directorio e a Junta resolveram comicios e muita coisa, mas ... para quando puder ser. O comicio de Lisboa, muito mais tarde, poderá ser realisado, se o governo consentir; pelos da provincia, muitos lhes põem duvidas.

Os politicos da provincia dariam a ultima prova de baixeza, consentindo que elles lá vão palrar, intrujal-os e virem depois para Lisboa a rir dos da *parvonia*. Que diabo! Nas terras de provincia tantas vezes ha cabeças quebradas, por causa de politica; porque não hão de ser misericordiosamente corridos á tapona, tantos *homens de bem* que podem completar uma galeria de criminosos celebres?

†

Já não é só A. Fortes que vae pondo a *calva á mostra* ao republicanismo portuguez, tambem Botto Machado começou a ver que isto de republicanos é uma horda de selvagens. São capazes de destruir mas não de edificar. E não edificam porque? Uns porque não sabem e outros porque só a desordem lhes convem. Isto é, nem mais nem menos o que o *desqualificado* pelos *inqualificaveis* tem sustentado. O que foi catão e altivo Camacho, é que é verdadeiramsnte — o pobre Camacho. De vez em quando muito ao de leve refila, mas ... acaba por *engulir* tudo.

Coitado!

Os jornaes grandes que se chamam *Mundo* e *Seculo* é que continuam a fazer negocio, fornecendo aos assignantes toda a casta de intrujice. Em Lisboa poucos leitores deixam de rir; mas a provincia é que tambem engole tudo. Lembramos-nos que ha annos o *Seculo* esteve para ir de *pernas ao ar* por causa do Judicibus e do Carneiro de Moura; ora se os amadores de pêtas de toda a ordem da provincia, resolvessem deixar de assignar aquellas papelosas immoraes que realmente não são de partido algum, que só pelas baboseiras se recomendam, não começariam por collaborar no saneamento do paiz? Vão-lhe á bolça que é onde os *arrangistas* teem o cerebro e a alma.

†

A ultima semana foi cheia de politica e de boatos. Um d'estes foi de que o general Baracho seria submettido á *Junta Moral!* Esta é boa! Quem acredita em tal? A Junta Moral nunca serviu para *desqualificar* militarmente, senão quem era civicamente qualificado.

Um doce a quem fôr capaz de julgar o catão, mesmo agora que elle está abatido. Não que aquella photographia da Illustração Portugueza *espanta elles e* ... com coisas serias, mesmo a fingir, não se brinca. O Baracho reformado pela Junta Moral!! Isso é lá coisa que se acredite.

Com respeito a politica depois do sr. Beirão annunciar uma reforma eleitoral, depois de ouvir os chefes dos partidos; o sr. Teixeira de Sousa tambem disse coisas a tal respeito. Para nós, pessoalmente, é-nos indifferente que a *ignobil porcaria*, que tem creado os ultimos deputados, e era commoda para os monarchicos, que não precisavam gastar, nem arriscar a pelle, e servia admiravelmente a lenda da força dos republicanos por todo o paiz, seja substituida por esta ou aquella lei, porque tudo que vier, ha de ser melhor do que o existente, que era a traição dos principios liberaes e a mais descarada mystificação que o mundo teria visto, se lhe valesse a pena lançar o olhar para este infeliz paiz. Era ella a verdadeira lei de excepção como o Sr. Teixeira de Sousa a declarou no discurso de hontem, destinada a excluir po parlamento quem aos governos não conviesse; corrupta e desvergonhada, era o ultimo baluarte com que as oligarchias cantavam para prolongar o seu dominio.

Nem para engrandecimento do *poder real* nem para *engrandecimento* do *poder do povo*, jamais alguem viu, qualquer partido na situação de intranaigencia promover comicios e declarar a guerra a tal ignominia.

O socialista Liebknecht, na Allemanha, em situação bem differente, explicando a razão porque tinha abandonado com os seus correligionarios os logares no Reichstag, disse: "quizemos ser eleitos para mostrar que tinhamos direito a entrar no Reichstag, mas era indispensavel abandonar os logares para nem com a presença collaborarmos na obra de ferro e sangue de Bismarck." Isto dizia Liebknecht em um paiz, onde o analphabeto é mais raro do que o *doitor* em Portugal, onde os deputados *armam á galeria* e onde a rhetorica é tudo. Os republicanos acceitaram essa lei infame, trabalharam ao abrigo d'ella e tanto basta para os seus protestos serem platonicos. Como portuguez é-me doloroso ver que tanto o Sr. Beirão como o Sr. Teixeira de Sousa continuam por caminho errado, partindo certamente do falso principio de que o paiz é dos partidos e não que os partidos são do paiz.

A Carta Constitucional desconhece a existencia de partidos; ignora o que sejam maiorias e minorias, não quer saber se todos tem direitos ou não quando agremiados em partidos; do que trata é de Pares do Reino e de Srs Deputados da Nação Portugueza como representantes do povo portuguez e nada mais. Tudo quanto se regulamentar para garantir representações de classes ou de minorias são mystificações que se não conformam com o espirito de justiça nem com as aspirações liberaes. Ser deputado não é nem pode ser uma profissão, como a não é nem pode ser, ser-se ministro.

O Sr. Beirão se quer lançar a politica portugueza em novas bases, se, como bom portuguez, quer iniciar a moralidade politica e pôr ponto á corrupção; prefira para a sua lei a forma mais simples. A factura do recenseamento pode ficar como está; deixe que os eleitores escolham as mezas das assembleias eleitoraes; estabeleça os circulos uninominaes; se quizer substitua o actual suffragio pelo voto multiplo ou pelo voto proporcional; isso é de secundaria importancia, e terá tanto, quanto possivel a genuina representação nacional. Se não conseguir eliminar a entidade administradora do concelho passando as suas funcções para os presidentes das municipalidades, ao menos consiga que a concessão de amnistias exclua por disposição da lei, estas auctoridades, quando recusados em juizo por crimes politicos. Os collegios eleitoraes assim organisados dão origem ao caciquismo? Quebram-se cabeças? Os eleitores vendem-se? Pois tudo isto é muito menos desmoralisador do que a mystificação em nome dos principios liberaes. Em todo o mundo existe o caciquismo, em todo o mundo se vendem eleitores e em todo o mundo ha desordens por causa de eleições, e nem por isso deixa de se manifestar a vontade do povo tão bem quanto possivel. O que não ha em todo o mundo: é a intervenção directa dos agentes do governo no acto eleitoral; o que não ha em parte alguma do mundo e a concessão de amnistias para *descurascar* amigos, e o que se não vê em parte alguma do mundo e não chamar genuina representação nacional quando o homem do povo vende o voto por dez tostões e chamal-a a deputados creados pela lei que vendem o voto por empregos, ou por benesses que syndicatos lhe dão para terem no parlamento representação.

Só os circulos uninominaes constituidos por mais ou menos milhares de eleitores se aproximam da perfeição, porque só assim é genuina a representação do circulo. Nada receie o governo. Feche os cofres publicos, acabe com a indicação de candidatos; que seja eleito quem tiver votos e a maioria não lhe faltará e a lenda da força republicana desapparece. Olhe que se assim procedesse a maior opposição não lhe viria dos *clericaes* e *reaccionarios*. O que é preciso é acabar com a lenda republicana; e que os monarchicos, se quizerem ter monarchia, se convençam de que teem de trabalhar e de sair de suas casas para votar, deixando de se fiar em que os governos tudo fazem.

A obra de reforma, a de acabar com as *oligarchias* não pode ficar na reforma eleitoral. E' indispensavel ir mais longe. E' preciso restabelecer o subsidio aos deputados e augmentar o ordenado aos ministros, porque tudo isto é moral, democratico e muito mais barato para o paiz. Para continuarem como até agora a serem deputados e ministros mais ao serviço dos syndicatos e das companhias, do que do paiz? Não. Justamente para o serem só do paiz e pelo paiz; dispensando-lhe a hypocrisia da isenção de caracter e o attestado de bons costumes que todos possuem; não obstante terem arruinado o paiz e engrandecido as companhias e os syndicatos. As incompatibilidades e a incapacidade legal para o exercicio de logares remunerados ou gratuitos, quer publicos quer particulares, teem de ser restabelecidas; e por isso é preciso pagar aos deputados, para poder vir á camara quem não é rico; e augmentar o ordenado aos ministros ou pelo menos dar-lhes habitação, carruagem, luz, agua e creados como se faz em França, para dignidade do Poder e para desapparecer o mysterio e a suspeita fundamentadissima de que elles mettem as mãos nos cofres para poderem viver. Fundamentadissima dizemos nós, e é verdade. Será crivel que um ministro depois de pagar a carruagem e outras despezas inherentes ao logar de que não pode prescindir, ficando com oitenta ou noventa mil réis livres mensalmente para viver, a maior d'elles com familia, faça todas as despezas, pague renda de casa, coma, beba e se vista etc., com tão miseravel quantia? E porque se não ha de dar a cada ministro da metropole, 500$000 réis por mez; quando os membros do Conselho de Governo de Moçambique, um governo subalterno, de via reduzida, tem aquelle vencimento com casa mobilada, luz, agua e

creados e o das Obras Publicas 140$000 réis cada mez?

Para que se ha alimentar a suspeição ou pensar que qualquer logo que é ministro só vive do ar que respira e pelo mesmo systema a familia?

Mas para se lhes dar aquelle dinheiro é preciso considerar crime a acceitação de empregos particulares e impossibilitar o deputado ou o ministro antes e depois da eleição e da nomeação por um sufficiente lapso de tempo que convença os syndicatos que pouco ou nada teem a esperar d'elles. A reforma para ser completa não pode ficar por aqui. E' tambem indispensavel acabar com o dominio da *burocracia* e dos *tropas*. Com esta designação queremos apenas indicar o *director geral* e o militar que foge da vida do quartel e dos serviços militares, que conseguiu a patente para melhores garantias, que no fundo detesta a farda e que explora a desmoralisação em empregos civis. São estas as entidades mais nocivas e retrogradas da administração publica, e a ellas se deve em grande parte o estado do paiz.

Garantidos pela reforma e pela aposentação pouco lhes importa que o paiz progrida ou não. O que elles querem é o *stato quo;* mas contra elles, que chegam a atraiçoar os ministros, elles, que são os verdadeiros tropeços do progresso, não se revoltam os patriotas, porque são elles que dão as informações para os jornaes, que patrocinam e por vezes fazem os despachos e que só excepcionalmente não dominam os ministros e os governos,que teem forçosamente de lhes cahir nas mãos.

Dirão: mas este director geral é progressista e o ministro é regenerador... etc. Pois tanto melhor, o director geral *tropa* ou civil no gabinete não é politico é funccionario, porque não havendo crenças nem principios politicos as convicções são de pôr e tirar e tudo se arranja. O ministro, se o escandalo é grande, vae e o director geral fica. O ministro cala-se porque entrou para a pasta sem estar preparado e não poude prescindir do director geral. Tanto basta para tudo se calar, a responsabilidade do facto ir com a irresponsabilidade legal e moral do ministro; e o director geral fica á espera da nova victima, sempre occulto e sempre nefasto para o paiz.

Se não fosse a existencia da entidade do director geral, que não pode ser só um burocrata mas tem de ser tambem um collaborador do ministro, para qualquer ser *ministeriavel* seria mister um longo preparo no gabinete e no parlamento, como succede nos paizes progressivos, onde existem os subsecretarios de estado que com o candidato a ministro, se preparam de antemão e com elles saem do ministerio.

Em Portugal é frequente um homem ser ministro de duas e tres pastas dentro de dois annos sem preparo para nenhuma, porque o director geral se encarrega do ministerio e o chefe do governo da parte politica, respondendo no parlamento por todas as pastas.

O ministro dá a rhetorica para condimentar a pápa preparada pelo director geral; o paiz não evoluciona não progride, anarchisa-se, os partidos debatem-se e desfacelam-se; para o jornalismo e para a tribuna ha sempre o mytho; mas... salva-se a *oligarchia burocratica*, realmente ás ordens dos de facto ministros permanentes — o Director Geral.

Irá fundo o Sr. Beirão no seu papel de reformador? Não acreditamos, apesar de o termos visto collaborar com o melhor governo que tem havido em Portugal: o parlamentar de João Franco. Por este motivo continuaremos a esperar que só o exercito salve o paiz impondo a moralidade do Poder. Não tem falta de homens. Na occasião elles como sempre, se porão em evidencia.

Ignotus.

Pedem-nos a publicação do seginte:

Antas (Penalva do Castello.)—Tendo por varias vezes ouvido fallar em desabono da freguezia de S. Vicente de Antas, concelho de Penalva do Castello, diocese de Vizeu, l. e., que tal freguezia nada rende, em compensação do trabalho que dá, sendo portanto difficultoso a qualquer padre, mesmo para tirocinio, pôl-a a concurso ou concorrer a elle quando o esteja, visto que a sua lotação é apenas de 90$000 reis e pico venho declarar ao Clero que a supradita freguezia rende annualmente para cima, tudo para cima, de 200$000 reis. Annos ha que rende muito aproximadamente a 300$000 reis.—Quem estas linhas escreve, sabe-o perfeitamente. Já o Clero portanto vê que peores as ha e a ellas concorrem ou as põem a concurso e n'ellas se colam.

Se algum receio o clero ainda tiver, pode dirigir-se, mesmo por este meio, aos parochos que a têm parochiado e elles dirão o que a tal respeito se lhes offerecer, bem certo que não atraiçoarão a verdade, antes pelo contrario.

Um apaixonado do Povo de Aveiro.

COMMUNICADO

Aos ex.mos srs. ministro do reino e director geral da Instrucção Primaria

O professor de Bemlhevae e o sub-inspector de Moncorvo

III

Jamais houve professor tão desmazelado, tão descaradamente desmazelado como o de Bemlhevae.

E o seu desmazelo dura ha muitos annos: é chronico. Já em 1899 o sr. Julio Cezar de Lima nomeado pelo governo em conformidade com o artigo 54.º do decreto de 22 de dezembro de 1894, então ainda em vigor, para inspecionar as escolas d'este e d'outros concelhos do districto de Bragança, propoz no relatorio enviado á Direcção Geral que ao referido professor de Bemlhevae, concelho de Villa Flor, fosse instaurado processo disciplinar com os fundamentos de que elle, alem de não possuir vocação natural ou adquirida para o magisterio, *era em extremo desmazelado no desempenho dos seus deveres profissionaes, não tinha methodo nem sabia manter a disciplina na escola, e tinha esta em desalinho, o que manifestava grande incuria.*

Em virtude de ordens dimanadas da Direcção Geral instaurou-se e organisou-se o processo na Administração do Concelho. Porem passando por elle o suborno e a mentira, bafejados pelo politica, deixou o professor *illibado* e elevado talvez á cathegoria de martyr... do ensino, da escola e de quem a inspecionou. Onde estará este miraculoso processo? Erraria o caminho da Direcção Geral? Ou estará alli, perdido e empoeirado, nas labyrinthicas estantes das suas repartições? Ignora-se. Sabe-se, porem, que já lá vae uma dezena d'annos e que o professor de então para cá tem feito progressos na incuria. De mau passou a peor, de peor passou a pessimo professor. A impunidade incita á reincidencia. E' obvio.

Numerosas são as representações dirigidas á Direcção Geral, Inspecção e subinspecção firmadas umas pela Junta de Parochia e outras por chefes de familia a impetrar providencias. D'ellas fallaremos no communicado seguinte.

Bernardo José Affonso Gonçalves

Provincias

Lagos

O Espanta Mortos

Publicou V., no dia 25, do passado, a minha resposta ao papel do *Maduro*, o que muito agradeço; mas tive muita pena que V., ou por não receber, ou por qualquer outra razão, não tivesse publicado a minha correspondencia antecedente. Que pena sr. director! E que desconsideração V. fez ao dr. cataplasma! Não publicar uma correspondencia de homenagem ao *Cataplasma!!* Ao *pavão Cataplasma!* Ao dr. *deformado*, como o pato em Coimbra! Dizia n'essa correspondencia tanta coisa! Relatava-lhe a *figura* que o *pobre de espirito* fez investindo contra dois seus amigos um d'elles compadre *d'aguas bentas!* V. ria-se a bandeiras despregadas, como eu ri, se visse o *Cataplasma* munido de um valente bengalão (parecendo mais um policia, *em revista theatral*, do que um *Cataplasma deformado*, atravessar a principal rua da cidade e entrar no escriptorio do Compadre ameaçando a terra e o ceu! E sabe V. porquê? Porque desconfiou que tivesse sahido d'ali *a piada* do Ill.mo e Ex.mo *Juiz de Direito*! Como se aquelle facto, passado, não fosse do dominio de toda a gente! Ora o idiota! E não menos idiotas foram aquelles que lhe aturaram as investidas e consentiram que o menino mechesse em gavetas que pertenciam ao empregado d'aquelle escriptorio etc. etc. Emfim, compadres e não compadres precisavam um correctivo de açoites para não dizer outra coisa! Outro tanto devia acontecer aos idiotas que tendo todas as attenções com os *buiças* têm justificado a sua innocencia como correspondente, em cartas, declarações em jornaes etc. etc. Emfim um d'elles lá terá as suas razões!

Como o Cataplasma, segundo me consta, continua com a *dignidade inchada* mande-lhe V. d'ahi uns *ovitos molles* que lhe não devem fazer mal... Elle bem os merece pois é dos taes buiças para quem o *Povo de Aveiro* e seu director é tudo quanto ha de mais infame.

Tambem na mesma correspondencia dava a noticia de ter o *bibló* encommendado um bengalão de Loulé de madeira resistente para tosar o desgraçado do correspondente de o *Povo de Aveiro* que não tem feito outra coisa senão dizer as verdades!! E' assim, a quadrilha republicana em geral e os buiças, de Lagos, em especial. Veja lá V. se eu não terei *razão em ter medo de me descobrir*. Era homem morto.

Como homenagem ao *Espanta Mortos* pelos seus estudos de sericultura envio hoje a V. a photographia do dito Não é o Espanta Mortos completo porque, se o fosse, teria que levar as tradicionaes polainas, o *immundo* n'uma mão, um ramo d'amoreira n'outra e ainda *nos pés outra coisa* que só em estatua se poderia ver com nitidez. Já que não lhe posso erigir uma estatua, como os outros lhe querem fazer, limito-me a mandar a photographia que já não é pouco; se V. a não publicar é o mesmo, mas fico com a consciencia de ter cumprido um dever para com o presidente da Camara de Lagos... Agora por camara... ainda V. não sabe que o celebre Rato *deformado* passou de cavallo a burro?!! Pois passou, é facto, e foi substituido pelo nosso espanta mortos sendo este substituido por sua vez, com muita vantagem, pelo tal das esporas de prata!! Homem de um intelecto fóra do vulgar, e jogando as suas linhas a *grande distancia*.

Estes idiotas deviam ter posto o homem na presidencia, logo, mas o que vale é que vão conhecendo de pouco a pouco, os disparates que têm feito e continuarão fazendo até que de lá, saiam. Já lhes fiz o elogio, por hoje, e agora passemos a relatar mais uma proeza dos homens de grande importancia, para os idiotas que os não conhecem, que não para nós que já sabemos do que elles são capazes. O desgraçado do professor particular com quem contrataram para dar lições, nocturnas, na séde do centro republicano, mediante a remuneração mensal de 9$000 reis, ainda está á espera que lhe paguem os seus serviços desempenhados durante uma quantidade de mezes. E' claro, como não lhe pagaram resolveu mandal-os passeiar para não ser mais burlado e para que não estivessem a fazer riqueza á sua custa. Ao pobre continuo fizeram outro tanto pondo-se este, tambem, ao fresco, e alugueis de casa creio que tambem custou para receber alguns vintens por conta. Aqui tem V. mais uma proeza da gente tão *empennada* e de tanta moralidade!!! O Rato *deformado* (já me ia esquecendo) consta que declinou a honra de presidente por lhe tomar todo o tempo que podia consagrar á advocacia; que passavam semanas que não ganhava vintem, etc. Pois, meu velho, se continuares na attitude em que tens andado terás muitas semanas que passar sem ganhar vintem e vá lá que andaste com sorte, meu idiota, em teres casado com uma senhora que tem alguns meios porque, senão, andarias a coçar o lombo pelas paredes ou então continuarias a comer as sopas do *titio*... que elle te daria de boa vontade, porque sabe, quando morrer, quem cá deixa... Emfim, sr. director, isto é um nunca acabar — e não vae tudo de uma vez.

Parece-me que na minha penultima correspondencia fallava, tambem, no celebre sargento Guerreiro, o tal da revolução, e que constava o mesmo ter pedido transferencia de corpo. Se o fizer, felicito todos os seus camaradas a quem elle alcunhava de *escoria* por não abundarem no seu credo. Ha mais algum que terá de vir ao *Povo de Aveiro* mas fica para outra vez pois bem necessario se torna, assim como terão que apanhar alguns monarchicos de pé curto que estão a pedir ha muito tempo uma sovadela afim de uma vez para sempre ficarem no campo onde devem estar.

Se V. não recebeu a minha penultima correspondencia era bom V. procural-a no correio, pois estou disposto a dar nos meninos do correio sem dó nem piedade no que V. me ajudará.

Veio a Lagos passar a *lua de mel* no mez passado, com sua familia, o nosso conterraneo Pedro Cabral. Não tivemo o prazer de ver a noiva o que ficará para *nova lua de mel*

Findo por hoje.

C.

—†—

Pedrogam Grande

Os leitores do *Povo de Aveiro*, recordam-se ainda, por certo, da nossa correspondencia publicada no n.º 1:339 do mesmo jornal, de 19 de dezembro ultimo, em resposta a uma parelha de coices que no *Immundo* nos deu o já celebre Antonio Jacintho David, republicano de má morte, que por pecados d'esta terra, aqui assentou arraiaes, e d'onde já desejaria ver-se tão longe como está dos seus avós, se motivos imperiosos o não retivessem já agora aqui, entre uma legião de inimigos que se contam pelos habitantes de esta villa, que de bom grado faziam qualquer sacrificio que se lhes exigisse, para expulsarem do seu gremio o *digno* conterraneo que tão profundas perturbações veio lançar na vida social d'esta pacifica terra.

N'essa correspondencia fizemos nós a autopsia moral do inclito cidadão, publicando da sua vida uma longa série de factos que fariam corar de vergonha qualquer mortal que ainda tivesse um lampejo de dignidade; e tão verdadeiros eram os factos descriptos, que o *heroe* não teve uma palavra de defeza, nem um unico gesto para afastar de si a vergonha e o opprobrio de que ficou coberto, antes se deixou ficar tristemente amarrado ao poste da ignominia a que impiedosamente o amarrámos, aceitando até com o mais vergonhoso e impudico silencio os indignos epithetos com que o mimoseou o *Povo de Aveiro*, no seu numero 1341, em paga dos insultos que, por nos ter aceitado e publicado a nossa correspondencia, *o estimado Antonio Jacintho* lhe dirigiu; elle, ou um seu miseravel sicario, que com mui justificada rasão, se occulta sob a mascara de *Um pedroguense*, com que firma os seus porcos escriptos; e dizemos "justificada,, porque, em boa verdade, ha caras que não podem aparecer em publico senão mascaradas, porque andam sempre possuidas do receio de serem reconhecidas ao contrario do cidadão digno, que de rosto descoberto e de fronte levantada passa e perpassa pelas ruas mais concorridas apertando a mão ao amigo que encontra, saudando este, cortejando aquelle, sem receios nem preoccupacções de que o descubram.

Então não queriam os miseraveis que nós fossemos tão infeliz, que não tivessemos ao menos uma mão amiga que nos ajudasse a quebrar os dentes aos podengos que se nos atiraram aos fundilhos das calças? Ah miseraveis, que até n'isso mostraes quem sois; até monopolistas do insulto quereis ser!

Mas refiramo-nos sómente ao Antonio Jacintho, que, como iamos dizendo, não se defendeu das accusações que lhe fizemos, antes, calando-as systematicamente, nos respondeu no *Immundo* de 5 do corrente com novos insultos, que realmente só o são, porque foram escriptos com essa intenção. Assim, com o evidente proposito de nos magoar, chama-nos taberneiro, dizendo que vendemos vinho a copo! Ora, para que os leitores avaliem das *boas* intenções d'este *santo* varão, dir-lhe-hemos que temos um estabelecimento commercial, e, annexo a elle, uma venda de vinhos e outras bebidas; mas o nosso *bom* Antonio Jacintho, que só deseja insultar-nos, esquece todos os outros ramos do nosso commercio, para só se lembrar de que vendemos vinho, como se por tal facto ficassemos deshonrado. Vendemos vinho, sim, senhor; mas na nossa casa nunca se subtraiu um só decilitro d'elle ás exigencias do fisco. Outro tanto não pode dizer o sr. Antonio Jacintho, a quem, quando alfaiate em Lisboa, foi imposta pela alfandega uma pesada multa, por pretender subtrahir uma porção de fazendas a elle destinadas aos respectivos direitos alfandegarios. E o que nos chamaria o sr. Antonio, se comnosco se desse um caso analogo? Provavelmente, não ficariamos abaixo de ladrão, e com justificado motivo; mas nós queremos ser mais generoso do que o sr. Antonho e não lhe chamaremos tão afrontoso nome, antes lhe dizemos que é assim que fazem os homens de bem e que querem ter o direito de increpar os outros. E, a proposito, ainda perguntamos ao dito sr. Antonho se, pelo facto de ter tido loja de alfaiate gostaria muito que lhe chamassem *chartre*, ou o appellidas sem, por exemplo, de *senhor Calças*. Pois por este ultimo apelido sabemos nós que é conhecido o fraudulento pagador de multas entre varias pessoas d'esta sua terra. Heim! Gosta?

Em tudo quanto *o admiravel* Tonhio tem escripto contra nós ha ainda uma coisa a admirar — é a sua pericia para deturpar e desvirtuar os factos. Vejamos:

Accusa-nos elle de termos sido menos digno, faltando á promessa que fizemos (diz elle, o detractor) de arrendarmos uma casa a um pobre tuberculoso que veio procurar allivio ao seu tormento. A verdade, porém, é que nós não promettemos arrendar casa alguma, respondendo apenas ao emissario que da nossa parte não havia duvida alguma, mas não queriamos contrariar n'esse ponto a vontade de nossa esposa, que oppunha uma tenaz relutancia ao arrendamento da casa, pelo receio do contagio de tão terrivel doença. Passados dias, apparece-nos o infeliz tuberculoso á porta, e como não podessemos vencer os justificados receios de nossa esposa, não lhe arrendamos a casa, tendo então o desgraçado de ir bater á porta de um seu parente, que, atterrado com o elevado grau em que a doença já se achava, tambem se recusou a dar guarida ao infeliz. Que depõe, pois, o caso contra nós? Mas, sendo o senhor Tonhio uma alma tão caritativa, apraz-nos perguntar-lhe: Porque não recolheu sua ex.ª o homem para sua casa? E' uma caridade muito linda a do sr. Tonhio — poupar-se a si, para só sacrificar os outros.

Ficaremos hoje por aqui, para brevemente voltarmos á tosquia do lansudo, embora elle, segundo nos diz na sua rançosa prelenda, nos vote ao seu *superior despreso* — Coitado! Tudo n'elle é superior.

Fique então sendo o *Superior*. Amen.

Manuel Rodrigues.

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano.

Lisboa—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; Havaneza Central, Praça de D. Pedro, 59; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Kiosque Flor d'Esperança, rua D. Carlos I. F. Gonçalves, Rua de S. Bento, 181; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza aos Paulistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; Eduardo Augusto, Rua de Belem, 102 e 103; F. G. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho, 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Kiosque da avenida superior da ponte de D. Luiz I; Tabacaria Alberto Ferreira, rua Alexandre Herculano, 256; Carlos Alberto Guimarães, Rua Formosa. 251; Antonio Pinto, Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Mattosinhos—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens

Coimbra — Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto.

Alcobaça—Antonio Vazão.

Gouveia—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp

Leiria — Jayme Monteiro.

Portalegre—João Gervasio Coelho, Largo da Sé.

Vendas Novas—Joaquim Maria de Andrade—*o Varino.*

Setubal—Manuel Tavares.

Arronches—Miguel Maria.

Espinho—Kiosque Reis.

Molta do Ribatejo—João Baptista Mouro.

Vizeu—Kiosque do Rocio.

Chaves—Annibal de Barros.

Villa Real — Agencia de Publicações de Antonio de Neutel C. da Mesquita.

Villa Velha de Rodam — Antonio da Cruz Pinto.

Mangualde — Bento d'Almeida Campos.

S. Thiago de Cacem — Joaquim Gervasio.

S. Pedro do Sul—José Augusto d'Almeida.

Fáro—Francisco Matheus Fernandes.

Evora—Marcelino Anthero Calça, Rua da Sellaria 19-21.

Cascaes—José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea.

Villa Nova de Baronea—José Custodio Figueiredo.

Cortegana, Alemquer—João dos Santos Pereira.

Paderne—**Algarve**—Antonio Anacleto d'Oliveira,

Torres Novas—João Rodrigues Sentieiro.

Amareleja—**Moura**—Manuel Frade.

Castello Branco—Vende-se pelas ruas.

Montemór o Novo—Fortunato Reinato.

Tondella—Mario do Carmo.

Pedrogam Grande—Adelino Lourenço. dos Santos.

Idanha a Nova—Christiano Pereira Barata.

Guimarães—Antonio Araujo Salgado.

Braga—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 24.

Taboa—Francisco da Costa Carvalho.

Monsão—João da Silva Guimarães.

Figueiró dos Vinhos — José Miguel Fernandes David

Pinhel—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres

Vianna do Castello—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122.

Lamego—Joaquim Valente.

Castello Novo (Beira Baixa) João Pereira dos Santos

Elvas—Luiz Samuel da Silva.

Povoa—José Couto Segundo,

Agueda—Eduardo dos Santos Trinta.

Covilhã—João Pereira Saraiva.

Figueira da Foz—João Palhas, Mercado n.º 8.

Santa Cruz da Graciosa—Antonio Ernesto Esteves.

Fundão—Manuel Gonçalves Anacleto.

Guarda—José Antunes de Figueiredo.

Cadaval—Antonio Lopes Leal.

Sobral de Mont'Agraço—Arthur Carvalho.

Moura—José Fragoso de Lima Nunes.

Maceira de Cambra—Domingos d'Albergaria

Alcochete Joaquim Valentim

Santarem Vende-se nas ruas

Cezimbra — Antonio José Pereira.

Angeja=José Maria Martins dos Santos.

Castello de Vide — Antonio Lourenço Veliz.

Villa do Cano=Antonio Martins Florentino.

Serpa=Celestino Alhinho.

Louzã=Adelino P. Erse.

S. Bartholomeu de Messines—A. Cabrita do Rosario.

Villa Nova d'Ourem—Antonio José Pereira.

Vianna do Alemtejo—Joaquim Antonio Carvalho.

Sattam—José da Cunha Marques.

Escalhos de Cima (Beira Baixa)—Miguel Maria Tavares

Lagôa—(Algarve)—Augusto Pedro Martins.

Villa Viçosa—Luis Fillippe d'Abreu.

Bragança—Affonso Augusto Teixeira, Rua do Norte.

Funchal—João Augusto de Pina, Kiosque da Constituição.

S. João da Madeira—Venda pelas ruas.

Oliveira d'Azemeis—Venda pelas ruas.

Albergaria-a-Velha—Venda pelas ruas.

BRAZIL

Rio de Janeiro— Centro de Publicações de Gianlorenzo, Schettino, Travessa do Ouvidor.

Manaus—Agencia Freitas.

Belem do Pará—Centro de Publicações.

A Tachygraphia ou Stenographia

(SEM MESTRE)

POR

Manuel Joaquim da Costa

Obra revista e favoravelmente apreciada por professores e tachygraphos parlamentares dos mais distinctos e considerados:

Ex.mos Srs.

Antonio La-Grange—Chefe da secção escolar, Tachygrapho e Professor de Tachygraphia na Camara dos Senhores Deputados.

Agostinho José Freire—Chefe da secção tachygraphica, na mesma camara.

Visconde de S. João Nepomuceno—Ex-chefe da secção tachygraphica na Camara dos Dignos Pares do Reino.

Sobre a utilidade applicada ao commercio, ás lettras e ás sciencias contém citações de

Mr. Armand Fallières—Ministro da Instucção Publica em 1889 e actual Presidente da Republica Franceza.

Paul Bert—Ministro da Instrucção Publica em 1884.

Forfer—Inspector da Academia de Lâon.

Carré—Inspector geral das Escolas Primarias.

Minet—Inspector primario de Lille.

Levasseur—Membro do Instituto.

Alexandre Dumas—Grande escriptor universalmente consagrado.

Etc.

Grande descoberta!!!

Por 700 rs., custo de cada livro, todos são tachygrappos ou stenographos

A' venda em todas as livrarias e no deposito geral

Rua de S. Bento, 202 — LISBOA

Tinturaria a vapor

Nettoyage et Degraissage à sec, de *tous les vêtements et ameublements*

Tinge e limpa sem desmanchar todos os artigos de vestuario e mobiliario.

LA PARISIENNE

Tinge, limpa e friza PLUMAS.

Limpa e tinge *luvas, tapetes reposteiros.*

Fabrica e Escriptorio—**Rua Costa Cabral, 489** — PORTO.

SUCCURSAL

383—Rua Formoza—385

[Em frente da PHOTOGRAPHIA BIEL]

Typographia a vapor DE O POVO DE AVEIRO

TRABALHOS COMMERCIAES

N'esta typographia, montada com material extrangeiro de primeira ordem, todo o typo commum da casa *Bauer & C.º*, de Stuttgart, todo o typo de phantasia da mesma casa *Bauer* e da casa franceza *Turlot*, orlas e vinhetas decorativas *Turlot*, *Berthol*, de Berlim, e de *Klinkardt*, de Leipzig, machinas de impressão, de picotar, de aramar, guilhotina, dos fabricantes allemães *Albert & C.ª*, de Frankenthal, *Ingenfrost*, de Leipzig, *Dietz & Listing*, de Leipzig, com uma esplendida collecção de typo especial e cartões para bilhetes de visita, com fornecimento de sobrescriptos e papel de toda a ordem, nacional e extrangeiro, executam-se, com a maxima perfeição e preços minimos, para qualquer ponto do paiz, com impressão a preto ou a côres, de simples texto ou gravura, todos os trabalhos da arte typographica, taes como: livros, revistas, jornaes, prospectos, facturas, bilhetes de loja, memorandums, estatutos, circulares, etc., etc.

Toda a correspondencia é dirigida para Aveiro, a **Francisco Manuel Homem Christo,** *proprietario, director e administrador de* **O POVO DE AVEIRO.**

RUA D'ARNELLAS—AVEIRO

Bilhetes de visita desde 400 réis o cento